



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 035

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 19 DE MAIO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Valdir Rossoni
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Ratinho Júnior
PSC	Mauro Moraes

Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães - Rafael Greca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Ailton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck (em licença); PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 05: Carlos Simões - Jocelito Canto - Luiz Accorsi - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 035ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
19 DE MAIO DE 2003**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Ratinho Júnior e Reni Pereira.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO

Sob o nº 187/2003, da Sra. Shirley Augusta de Sousa Piccioni, presidente do Conselho Estadual de Educação, em resposta ao pedido de informações requerido

pelo deputado Tadeu Veneri, que pede esclarecimentos sobre “O Sistema Estadual de Ensino - Educação Especial”. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Indicações:

INDICAÇÃO Nº 028/2003

Exmo. Sr. secretário de Estado da Educação.

O deputado Alexandre Curi, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Instituir no calendário escolar da rede de ensino fundamental, médio e superior, a Semana Turística Cultural, compreendendo 05 (cinco) dias sucessivos de segunda a sexta do ano letivo.

2 - A Semana Turística Cultural, de cunho pedagógico seria desenvolvida através de viagens a municípios paranaenses e em pontos turísticos reconhecidos pelos poderes públicos municipais ou estaduais, com a participação de formandos nos anos de suas formaturas.

3 - A data da sua ocorrência seria definida pela direção de cada instituição de ensino.

4 - Para efeito de frequência seria considerada como presença, contabilizado em horas/aula, os dias de afastamento dos alunos formandos para a participação no evento.

5 - O aluno deveria demonstrar o conhecimento cultural adquirido através de avaliação realizada pelo estabelecimento de ensino na forma por ele estabelecida.

Sala das Sessões, em 19.05.2003.

(a) ALEXANDRE CURTI

JUSTIFICATIVA:

A presente indicação tem como escopo assegurar aos estudantes paranaenses o exercício da Semana Turística e ampliar o conhecimento cultural dos alunos do ensino fundamental, médio ou superior, através de viagens a municípios paranaenses onde aconteceram fatos históricos, ou ainda conhecer a tradição, a cultura e locais turísticos das diversas regiões do Estado, durante um determinado período que denominaríamos Semana Turística Cultural.

A Semana Turística Cultural aconteceria no período de 05 (cinco) dias consecutivos em data que seria estabelecida pela instituição educacional, em cada ano que ocorrer formatura, devendo ser realizada no território paranaense, com a participação dos formandos, sendo que, após o retorno, o aluno seria submetido à avaliação quanto aos conhecimentos culturais adquiridos, podendo somar o resultado dessa avaliação as demais notas de disciplina ou disciplinas indicadas pelo estabelecimento, auxiliando na formação da sua nota final.

Acreditamos que esse período seria de fundamental importância para os alunos, contribuindo para sua formação cultural, cujo conhecimento poderia ser utilizado futuramente no desenvolvimento de outras atividades escolares.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares, para a aprovação da presente indicação.

INDICAÇÃO Nº 029/2003

Exmo. Sr. secretário de Estado da Fazenda e Exmo. senhor secretário da Segurança Pública.

O deputado André Vargas, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A isenção de IPVA - Imposto Veículos Automotivos e Seguro Obrigatório às viaturas policiais, ambulâncias, veículos de entidades assistenciais de todo o Estado do Paraná.

2 - As viaturas policiais são caracterizadas por veículos de frota das Polícias Militar e Rodoviária.

3 - Os documentos dos veículos deveriam estar em nome das entidades assistenciais e, no caso de ambulâncias em nome de hospitais, prefeituras municipais ou entidades assistenciais para terem direito a isenção das taxas.

Sala das Sessões, em 19.05.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

As viaturas policiais, as ambulâncias e as entidades assistenciais prestam seus serviços a comunidade paranaense. São essenciais para a promoção do bem-estar do cidadão. Muitas vezes, estes veículos deixam de prestar seus relevantes serviços em função dos impostos cobrados, como IPVA e seguro obrigatório.

Entendemos que por serem colaboradores diretos do Estado, prestando serviços na área de segurança, da saúde e da assistência social, têm o direito de serem isentos destas taxas, contribuindo ainda mais, com a qualidade de vida dos nossos cidadãos.

Portanto, acreditamos que a presente indicação muito contribuirá com a sociedade paranaense.

INDICAÇÃO Nº 030/2003

Exmo. senhor secretário da Fazenda.

O deputado Reni Pereira, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - O parcelamento em até 100 (cem) vezes das dívidas, com tarifas de energia elétrica, dos municípios do estado do Paraná, lançadas até 31 de maio de 2003, na forma e prazo regulamentada pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 19.05.2003.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de proporcionar o parcelamento de dívidas dos municípios do Estado do Paraná, com tarifa de energia elétrica em atraso.

É do conhecimento dos senhores deputados a enorme dificuldade financeira que os municípios estão enfrentando.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do projeto de lei em tela.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 968

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que seja concedido o Grande Expediente do dia 27 de maio para explanação do Sr. José Francisco Schiavon - presidente da Federação dos Hospitais do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.05.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

REQUERIMENTO Nº 957

Senhor Presidente:

O deputado estadual, adiante firmado, facultado pelas prerrogativas regimentais, vem REQUERER a esta Casa, após o voto do Plenário, sejam consignados na Ata da Sessão de hoje, os votos de profundo pesar deste Parlamento à família Catafesta, da cidade de Céu Azul-PR, pelo falecimento da mãe, avó e bisavó, Sra. Aurélia Catafesta, na data de hoje, na cidade antes citada.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por essa preposição, respeitando os sentimentos, junta-se a dor da estimada família pela perda irreparável daquela que foi mãe exemplar, fraterna amiga, pessoa muito querida e boníssima, elevando preces ao Altíssimo que lhe dê força e resignação suficientes diante do infausto acontecimento.

Que as saudades possam ser superadas com a memória do exemplo e do trabalho que ela nos deixou.

Do aprovado, solicita-se seja dado ciência a família Catafesta, na pessoa do Sr. Moacir Catafesta, a Av. Nilo Bazzo, 1780 - CEP: 85840-000 - Céu Azul - Paraná.

Sala das Sessões, em 19.05.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 958

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, mui respeitosa-mente, após ouvido o Plenário a inserção nos anais desta Casa de voto de pesar pelo falecimento do escritor e publicitário curitibano Jamil Snege, nesta última sexta-feira, dia 16 de maio de 2003.

Considerando, ser Jamil Snege, um dos nomes mais importantes da Literatura Paranaense Contemporânea, acreditamos ser este o momento de se traduzir a homenagem póstuma de todos os paranaenses, tanto do setor de artes, como da cultura e da publicidade.

Jamil Snege, deixa viúva a Sra. Bachmann e dois filhos, Jean-Marcel e Danil Snege.

Sala das Sessões, em 19.05.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Jamil Snege, era uma das figuras mais importantes do cenário cultural de Curitiba e do Estado do Paraná, tendo passagem marcante como produtor literário desde

de 1.968, começando com seu trabalho Tempo Sujo, com um depoimento de geração dos anos 60. Lançou depois. A Mulher Aranha (72), Ficção Carnívora (82), e O Jardim, A Tempestade em 1.989.

Sociólogo por formação acadêmica, ingressou no ramo da propaganda na década de 60, pela Múltipla Propaganda & Pesquisa, onde permaneceu por 10 anos.

Em seguida fundou a sua própria empresa, a Beta-Propaganda, em sociedade com a esposa. O seu destaque na literatura foi com o livro “Como Eu se Fiz por Si Mesmo”, o que lhe valeu o reconhecimento nacional.

Entre os textos mais recentes que escreveu estão a novela Viver é Prejudicial à Saúde (98), Os Verões da Grande Leitoa Branca (2000) e Como Torna-se Invisível em Curitiba (2000). O escritor, ainda, deixa inacabado um conjunto de ficções chamado, Grande Mar Redondo, que trata da vida do português Antônio Vieira dos Santos, que viveu em Paranaguá no século 18. Jamil era considerado o pai da historiografia paranaense.

REQUERIMENTO Nº 971

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, solicita à egrégia Assembléia, inserção nos Anais de voto de pesar pelo falecimento do publicitário e escritor paranaense Jamil Snee.

Sala das Sessões, em 19.05.2003.

(a) RAFAEL GRECA

Apoiamento:

Antonio Anibelli

JUSTIFICATIVA:

Na carreira publicitária, Jamil colecionou várias campanhas vitoriosas, entre elas, “O Meu Paraná eu Faço”, e a recente campanha política do PMDB e aliados, que levou à eleição do governador Roberto Requião, em 2002, “Me Chama que eu Vou”.

Deixa obra admirável, de ficção e poesia, onde se incluem os títulos: “Como Eu se fiz por Si mesmo”, Tempo Sujo”, “A Mulher Aranha”, “O Verão da Grande Leitoa Branca”, “Senhor”, “O Jardim”, “A Tempestade”, e a obra incompleta “Grande Mar Redondo”, em torno do imigrante português do século XIX, nosso primeiro historiador, iluminista e musicista, Antonio Vieira dos Santos.

Imortal, seu texto “Flores de Minha Rua”, publicado no livro “Curitiba, Capital Ecológica”, em 1991. Dele, alguns fragmentos: “(...) Importante é que você entre na Rua das Flores, com o travo inaugural da fruta verde, sem nenhum preconceito. (...) porque é na Rua das Flores que o demônio tutelar dos redemoinhos mistura todos os ventos, embaraça as linhas da história. Aquiles vende coxinhas, Saladino, meias à prestação, Marco Antonio cuida das pizzas. O DNA do negrinho office-boy ainda registra o cerco de Nabucodonsor a Judá, em 586 a.C. E o espanhol que estende a massa da torta de mil folhas, repare, tema mesma fronte pálida de Joana, a rainha louca de Castela. A Rua das Flores, que aparentemente reparte o centro de Curitiba pelo meio, na

realidade, é uma sutura que junta as duas metades do mundo”.

É de Jamil a reflexão: “para onde vai o canto, / depois que os lábios se fecham? / para onde vai a prece, / depois que o coração silencia? / E os rostos que amamos / para onde vão, Senhor, / depois que nossas pupilas se transformaram em gotas de lama? / Onde vi uma andorinha / que devia ter uns cinco milhões de anos. / Será que também sobreviverei ao que resta de mim?”

Nos associamos a todos que o queriam bem, lamentando profundamente que tenha partido tão cedo, aos 64 anos, que sua palavra inspirada não tenha sido proclamada o suficiente. Pelos olhos da fé, contemplamos o poeta e o bom caráter, entrando na celestial Jerusalém, conduzindo por escolhidos anjos, até a lâmpada que arde junto a Deus Altíssimo, lá, onde o tempo não existe, toda lágrima é enxuta e todo sofrimento cessa. Jamil Snee foi grande e foi nosso.

Deixa Vera e os filhos Jean e Daniel.

Rua Alberto Folloni, 359, ap. 303-A - CEP: 80530-300 em Curitiba.

Dado no Palácio 19 de Dezembro, aos 19 dias de maio de 2003, nos 150 anos da Emancipação Política do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 947

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, mui respeitosa-mente, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos anais desta Casa, voto de congratulações ao Hospital Angelina Caron, de Campina Grande do Sul, pelos seus 20 anos de existência servindo a comunidade paranaense.

O Hospital Angelina Caron tem sido nestes vinte anos da maior importância para sociedade paranaense, graças ao trabalho de seus diretores proprietários que nunca se omitiram na prestação de serviço nas várias áreas da saúde em nosso Estado.

De um pequeno pronto-socorro e maternidade, seus proprietários - os irmãos médicos Marco e Pedro Caron - o transformaram num dos maiores e mais bem equipados hospitais do Paraná.

O Angelina Caron, em Campina Grande do Sul, próximo à BR-116, é referência em muitas especialidades médicas, realizando atualmente, inclusive, transplantes de coração, rim, fígado e pâncreas.

Justifica desta forma o presente requerimento.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 19.05.2003.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 960

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão

de hoje, voto de congratulações e aplausos pela passagem do seu 45 aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Magnífico reitor professor Luiz Guilherme Rangel Santos, para que receba e transmita, esta homenagem da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a todos os diretores, professores e colaboradores.

Sala das Sessões, em 19.05.2003

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em 1958 o saudoso professor Sydnei Lima Santos, iniciou a grande batalha, criando o curso preparatório para exame de admissão ao Colégio Militar.

Em 1973, o crescimento foi inevitável, passando a se estruturar a Tuiuti como estabelecimento superior.

No dia 07 de julho de 1997, surge a Universidade Tuiuti do Paraná.

A profissão educacional que o saudoso professor Sydnei Lima Santos abraçou só encontra paralelo na do sacerdote, razão porque também exerceu um magnífico sacerdócio em toda a sua vida.

Vemos, pois, que as lições, iniciativas e conselhos do saudoso professor Sidney Lima Santos, foram como as sementes a que se refere o Evangelho, caíram em terreno fértil. Abraçou uma profissão árdua e trabalhosa, bem a reconhecemos, lidar com a infância e a mocidade demanda qualidades excepcionais e aqueles que se entregam a esse nobilitante mister, porém, ele soube aliar todas essas qualidades a ponto de tornar-se mestre completo e o amigo prestimoso.

O mestre deve ter em mente que educar não significa, apenas, ensinar aos jovens as coisas que não sabem; significa, também ensinar-lhes à proceder como a não proceder, porque a educação é aquilo que permanece quando esquecemos tudo o que nos foi ensinado.

Temos, porém, a convicção com muita saudade do professor Sidney Lima Santos, de que os destinos da Tuiuti estão entregues em mãos seguras de seus filhos e amigos a quem depositamos inteira confiança.

Eis porque nosso coração se enche de júbilo ao ensejo da passagem do 45º ano de fundação da Tuiuti. Bem agem aqueles que não pouparam esforços para proporcionar aos jovens desta bendita terra o pão do saber.

Que esta data, nos faça sempre presente a imagem daquele que com tanta dedicação empenhou seus esforços em prol da organização Tuiuti. Que seu espírito de luta, sua coragem indômita, sirvam de exemplos a nortear os passos de seus filhos no caminho da honra e do dever.

Homens como o professor Sydney Lima Santos, são marcos fincados à beira da estrada da vida e que desafiam as intempéries e os preconceitos.

Honrá-los é, pois, um comezinho ato de reconhecimento e imitá-los é um dever.

Orgulha-se, portanto, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, em legar aos pósteros este exemplo de virtude para que sirva de modelo e estímulo para todos nós.

REQUERIMENTO Nº 969

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, votos de congratulações e agradecimento ao Exmo.Sr. governador Roberto Requião.

Há mais de 100 anos o Vale do Ribeira, espera uma posição definida de apoio para o seu crescimento e desenvolvimento e pela afirmação do senhor governador Roberto Requião, nós teremos positivamente este momento para os próximos meses com a pavimentação da rodovia PR-092, ligando os municípios de Rio Branco do Sul e Cerro Azul, e com toda a certeza na seqüência os municípios de Cerro Azul e Doutor Ulysses, tornando esta região um centro de investimentos nas áreas agro-pastoril, florestal, incentivo à agricultura e a várias indústrias.

Por isso, agradecemos e parabenizamos a vinda do programa Leite das Crianças do Paraná, o qual vai beneficiar as crianças carentes em nossa região, mas principalmente, faz do dia de 16 de maio de 2003, o dia mais feliz da história do município de Cerro Azul e que com certeza no dia da inauguração do tão sonhado asfalto, teremos dias de felicidade permanente.

Dessa maneira, nobres senhores deputados e senhor presidente, requeremos que seja submetida à apreciação e votação a presente Sessão de agradecimento ao Exmo.Sr. governador Roberto Requião, encaminhando-se cópia da presente àquela autoridade.

Sala das Sessões, em 19.05.2003.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 954

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao senhor Gilberto Nezlinger, diretor técnico de Londrina Aglutiva/Acil e toda sua equipe.

A referida homenagem deve-se pelo fato destes paranaenses terem conquistado o 5º lugar no Campeonato Nacional de Basquete, a melhor colocação de um time de nosso Estado em toda história dos campeonatos de basquete masculino.

Requer ainda, que seja dada a ciência, além do homenageado à Prefeitura e Câmara Municipal de Londrina, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.05.2003.

(a) BARBOSA NETO

Rodovia Mello Peixoto

BR 369 Km 101

84.950.000 CORNÉLIO PROCÓPIO - PR

REQUERIMENTO Nº 955

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, voto de louvor a farmácia comunitária DE Ibioporã, em nome de seu diretor Rafael do Nascimento de Oliveira.

A referida homenagem deve-se pelo fato desta ser um modelo de distribuição de remédios para a comunidade carente, copiada por vários Estados brasileiros e que presta relevantes serviços à população de baixa-renda.

Requer ainda, que seja dada a ciência, além do homenageado à Prefeitura e Câmara Municipal de Ibioporã e à Farmácia Comunitária de Londrina e de Ibioporã, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.05.2003.

(a) BARBOSA NETO

Farmácia Comunitária de Ibioporã

Av. Londrina, 90

86.200-000 Ibioporã- PR

e

Farmácia comunitária de Londrina

Rua Eupídio Alves, 131

86.082.490 -Londrina-PR.

REQUERIMENTO Nº 975

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido Plenário o envio de voto de repúdio a Reitora e ao Vice-Reitor da Universidade de Londrina, pelas manifestações contrárias a Federalização da Universidade de Londrina.

Devo salientar que com a federalização da UEL o ensino fundamental e médio seriam amplamente beneficiados no Paraná.

Sala das Sessões, em 19.05.2003.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 970

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, pede a inclusão nos anais da presente Sessão, de voto de congratulações e apreço a Sua Eminência Reverendíssima, senhor Cardeal Dom Geraldo Majella Agnelo, primaz do Brasil, arcebispo de Salvador, pela sua eleição a presidente da CNBB. E pela sua entrevista na sexta-feira, 9 de maio de 2003, ao jornal "O Estado de São Paulo", onde Sua Eminência, o presidente da CNBB, lembra que os desafios do presidente Lula são a fome, a miséria, desemprego e violência. A miséria aumentou muito. Há 50 anos, não tínhamos miséria como temos hoje. Tínhamos uma grande pobreza, mas não miséria. A miséria não é só falta de dinheiro para sobreviver, é também a perda de valores morais e humanos. Ela e a falta de emprego contribuem para a escala de violência que vive o país.

Registre-se tal ensinamento nas atas desta Assembleia, para memória do Paraná a um arcebispo que serviu nossa terra e nossa gente, em Toledo e Londrina - inclusive implantando a Pastoral da Criança - e, agora, serve ao Brasil inteiro.

O senhor Cardeal defende conservadorismo na ação evangélica, com fidelidade aos ensinamentos de Jesus Cristo, e ação social progressista, muito necessária ao progresso do bom povo brasileiro.

Sala das Sessões, em 19.05.2003.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO Nº 946

Senhor Presidente:

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, remessa de ofício ao Exmo. Secretário da Educação, solicitando providências para que reformule a Instrução 001/2002- DEF/SEED estendendo a oferta do ensino religioso para todas as séries de 5 a 8ª.

Sala das Sessões, em 19.05.2003.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

1. A Constituição Federal em seu art. 33 diz que o ensino religioso é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina de horários normais da escola.

2. Os seus parágrafos 1º e 2º não dão aos sistemas a competência para restringir aulas de ensino religioso apenas para 5ª séries.

3. O art. 33 da CF, diz que o ensino religioso é de matrícula facultativa e neste caso onde está a faculdade dos alunos de 6ª, 7ª e 8ª séries de se matricularem ou não?

REQUERIMENTO Nº 948

Senhor Presidente:

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, remessa de ofício ao Exmo.Sr. Governador, solicitando construção de novo Presídio para 16ª Sub-Divisão Policial de Campo Mourão, conforme solicitação feita pelo Poder Legislativo de Campo Mourão, acompanhada de ampla justificativa.

Sala das Sessões, em 19.05.2003.

(a) AILTON ARAÚJO

REQUERIMENTO Nº 967

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, envio de ofício ao senhor Frederico Alvarez, diretor da Brasil Telecom no Paraná, solicitando estudos com vistas à ampliação de posto de serviço telefônico na Reserva Indígena Mococa, localizada no município de Ortigueira.

Requer seja encaminhado ofício no seguinte endereço: avenida Manoel Ribas, 115 - 17º andar, CEP 80510-020 - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 19.05.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação se justifica tendo em vista que na região não existe, atualmente, nenhum telefone

público, razão pela qual os moradores da região são obrigados a se deslocarem a grandes distâncias.

Assim, diante do crescimento da população indígena, bem como da distância a ser percorrida para se ter acesso a um telefone público se faz necessária a imediata instalação de um posto telefônico no local.

REQUERIMENTO Nº 965

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao senhor Waldyr Pugliesi, secretário de Estado dos Transportes, solicitando asfaltamento da estrada Jaguaretê, que liga os municípios de Pérola e Iporã.

O referido pedido se justifica tendo em vista que a estrada que liga os referidos municípios, se encontra em péssimas condições de uso, o que dificulta o fluxo normal de veículos, além de facilitar o risco de acidentes de trânsito.

Sala das Sessões, em 19.05.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 966

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao senhor Waldyr Pugliesi, secretário de Estado dos Transportes, solicitando o recapeamento da rodovia que liga o município de Pérola ao município de Umuarama.

O referido pedido se justifica tendo em vista que a rodovia que liga os referidos municípios, se encontra em péssimas condições de uso, o que dificulta o fluxo normal de veículos, além de facilitar o risco de acidentes de trânsito.

Sala das Sessões, em 19.05.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 974

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de hoje, voto de congratulações à Empresa Missiato de Bebidas Ltda., localizada na Avenida Anunciato Sonni, 3040 - Parque Industrial de Jandaia do Sul, Estado do Paraná, pelo recebimento do prêmio da melhor cachaça na sessão de degustação às cegas na Feira Internacional da Cachaça no Grand Ryatt São Paulo, a qual concorreu com outras marcas famosas do Brasil.

Sala das Sessões, em 19.05.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Paraná, por esta empresa, está se destacando no ramo de bebidas e concorre com outras empresas do país, em qualidade, gerando recursos ao nosso Estado.

Devemos prestigiar os fabricantes de nosso Estado a cada vez que obtenham conquista e prestígio para a indústria paranaense.

Esta empresa tem colaborado sobremaneira para a geração de empregos no interior do nosso Estado e por isso merece este prestigiamto.

REQUERIMENTO Nº 963

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem REQUERER o encaminhamento ao relator da proposta de emenda constitucional, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, deputado Osmar Serraglio, de emendas saneadoras de inconstitucionalidade verificada no texto proposto pelo Governo Federal.

Sala das Sessões, em 19.05.2003.

(aa) RENI PEREIRA
JOSÉ MARIA FERREIRA
DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 964

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a aprovação de sua justificativa de ausência em Plenário no dia 20 de maio, visto que estará em Brasília, em audiência com o deputado Osmar Serraglio, relator da Reforma Tributária da Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa, ocasião em que fará a entrega de sugestões aprovadas por essa Casa de Leis, visando sanear as inconstitucionalidades encontradas na proposta enviada pelo governo federal.

Sala das Sessões, em 19.05.2003.

(a) RENI PEREIRA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 271/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam os hotéis, restaurantes e similares, que possuam cardápios como meios informativos de seus produtos aos clientes, obrigados a produzir e dispor de exemplar na linguagem em braile, para atendimento às necessidades dos deficientes visuais.

Parágrafo Único - Para efeitos desta lei, considera-se cardápio como sendo o encarte que contenha o rol de produtos oferecidos normalmente aos clientes desses estabelecimentos.

Art. 2º - As empresas relacionadas pela obrigação imposta por esta lei terão o prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias para adequarem-se ao preceito nela contido.

Art. 3º - O Procon/PR atuará como órgão fiscalizador para cumprimento dos preceitos desta lei, aplicando as sanções e penalidades constantes do Código de Defesa do Consumidor e demais legislações pertinentes.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.05.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

Muito tem-se falado sobre a importância da valorização do deficiente e formas de garantir igualdade de direitos para estes. Infelizmente, na prática, estamos longe de propiciar condições de independência e vida digna para quem a natureza impõe limitações. Diariamente, ouvimos as queixas e protestos de quem é impedido de estar numa repartição pública ou instituição bancária, porque o prédio não possui elevador ou nem mesmo rampas de acesso. Isso sem falar na questão profissional, onde o acesso ao ensino já é um drama para quem não goza da plenitude física.

Mas podemos também, abordar questões de fundo, que se não recebem enfoque da mídia, acarretam o mesmo nível de dificuldade e impossibilidade de acesso para a pessoa portadora de deficiência.

Nessa linha, a presente proposta busca oferecer ao deficiente visual o direito de acesso à informação, no caso, daquele que ao ir a um restaurante ou hospedar-se em um hotel não encontre maiores dificuldades, podendo ter acesso a um cardápio em linguagem braile.

Solicito apoio dos nobres pares desta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI Nº 272/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública e Federação Paranaense de Jiu-Jitsu com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.05.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

A Federação Paranaense de Jiu-Jitsu é uma entidade sem fins lucrativos, tendo como principais finalidades: a coordenação, direção e fomento das atividades pertinentes à modalidade do Jiu-Jitsu, dentro da competência técnica, do desenvolvimento, do estímulo, organizando competições e eventos, na criação de ligas, clubes e academias, selecionando atletas para competições interestaduais e nacionais.

Com este projeto de lei, buscaremos de forma positiva, auxiliar essa entidade a proceder à ampliação de

suas atividades, através de forma legal junto aos órgãos públicos, já que tem suficiente e méritos semelhantes.

PROJETO DE LEI Nº 273/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na grade curricular do Ensino Médio da rede pública a disciplina de Informática.

Art. 2º - O ensino da informática deverá visar a inclusão social, o desenvolvimento de habilidades pessoais o preparo de qualificação para o trabalho.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.05.2003.

(a) BARBOSA NETO

JUSTIFICATIVA:

O aprendizado da informática é fundamental para o ser humano atualmente, principalmente àqueles que logo estarão adentrando ao mercado de trabalho.

A rede pública de ensino deve possibilitar aos alunos o aprendizado constante de informática e suas possibilidades de aplicação na vida profissional e pessoal, de forma obrigatória e continuada, como disciplina, e não mais de forma de laboratórios de informática ou outras formas menos abrangentes.

É possível àqueles que tenham condição financeira melhor adquirir um micro-computador, ou mesmo fazer cursos de informática particulares, mas não é essa a realidade dos alunos da rede pública, que devem ser amparados pelo Poder Público, até para o cumprimento das normas constitucionais e legais, em especial o Estatuto da Criança e do Adolescente, que garante a criança e ao adolescente o direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (Art. 53).

A falta de conhecimento de informática atualmente é causador inclusive de exclusão social, gerando inúmeras ações da sociedade civil no sentido de diminuir este abismo tecnológico.

A própria Secretaria de Educação tem um projeto chamado NetEscola, onde as escolas públicas estaduais podem gerar e manter suas páginas na internet, mas se não houver uma inclusão total dos alunos da rede pública, e principalmente do ensino médio neste contexto, não será possível garantir-lhes o pleno direito constitucional de educação.

Desta forma o presente projeto de lei visa a obrigatoriedade do ensino de informática na grade curricular do ensino médio para atingir a totalidade de alunos que a compõem e garantir-lhes o acesso ao conhecimento necessário.

PROJETO DE LEI Nº 274/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a implementar a Educação em Tempo Integral no Ensino Fundamental da rede pública.

Art. 2º - O prazo para efetivação integral será de 5 anos para pelo menos 10% (dez por cento) dos estabelecimentos de ensino estaduais, atingindo a totalidade dos estabelecimentos no prazo máximo de 10 anos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.05.2003.

(a) BARBOSA NETO

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação dispõe em seu artigo 34:

Art. 34 - A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º - São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta lei.

§ 2º - O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

A LDB, ao trazer esta determinação, tinha como meta a melhora da condição educacional do ensino fundamental, pois é sabido que nesta fase elas estão em pleno desenvolvimento pessoal e necessitam de acompanhamento especial e direto, que não pode muitas vezes ser feito pela própria família.

Atualmente as condições de trabalho não permitem que apenas um dos pais esteja trabalhando, mas com certeza ambos, o que impede de estarem permanentemente com seus filhos, e conseqüentemente estes não têm a assistência necessária.

A educação em tempo integral compreende o ensino de qualidade que garanta formação do aluno com o alcance de suas necessidades sociais, políticas, esportivas, econômicas, culturais, formando-o como ser crítico e integrado à realidade.

Neste sentido, o presente projeto de lei visa acelerar no âmbito estadual e conseqüentemente municipal, a implementação do ensino em tempo integral.

PROJETO DE LEI Nº 275/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o "Instituto de Equipe de Educadores Populares", inscrito no CNPJ sob nº 00.426.922/0001-65.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.05.2003.

(a) PEDRO IVO ILKIV

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto do Instituto de Equipe de Educadores Populares, do município de Irati, PR, tem por objetivo apoiar organizações de agricultores, sindicatos e pastorais e promover o desenvolvimento rural sustentável tendo por princípios a agroecologia e a organização popular.

A aprovação do referido projeto facilitará ao Instituto a execução de seus objetivos, uma vez que poderá contar com recursos oriundos do poder público estadual.

PROJETO DE LEI Nº

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Professora Hildegard Sondahl, situada na Rua Tuneiras do Oeste, 239, município de Curitiba, CNPJ sob nº 01.111.952/0001-45.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.05.2003.

(a) CLEITON KIELSE

PROJETO DE LEI Nº 277/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam todas os cinemas do Estado do Paraná, obrigados a exibir, antes de cada sessão, filme publicitário esclarecendo as conseqüências do uso de drogas, do álcool e do tabaco.

Art. 2º - O filme publicitário será elaborado sob a supervisão técnica de uma equipe multidisciplinar de servidores da Secretaria de Estado da Saúde, da Secretaria de Estado da Educação e da Secretaria de Justiça.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.05.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A Secretaria de Estado de Justiça lançou uma campanha de prevenção ao uso de entorpecentes, com a realização de atividades anti-drogas, a qual será expandida a jovens de todo o Estado.

O crescimento do consumo de drogas é assunto que preocupa a todas as camadas da sociedade brasileira,

extrapolando a família e os setores do Estado voltados para o problema.

O perigo do uso de drogas e suas conseqüências rondam a todos nós. O problema das drogas atinge principalmente os adolescentes menos experientes - presas mais fáceis desse verdadeiro flagelo moderno. É por isso que, mais do que nunca, é fundamental travar a batalha da informação e do esclarecimento sobre o uso de drogas.

De acordo com as estatísticas da Pastoral da Sobriedade da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) os fatores que mais contribuem com o uso de entorpecentes estão a insegurança natural da idade, as referências familiares, alteradas em função da desagregação social e econômica, a influência de outros jovens sem orientação e a desinformação e deseducação.

Do ponto de vista da Saúde Pública, álcool e tabaco representam os principais problemas. Apesar disso, o consumo de drogas outras que não o álcool e o tabaco, aumentou na grande maioria das cidades brasileiras.

Em pesquisa do Centro Brasileiro de informação sobre Drogas Psicológicas (Cebrid) sobre o consumo de drogas entre jovens de dez regiões brasileiras, coloca Curitiba entre os primeiros lugares no consumo de drogas entre jovens na faixa etária de 17 a 18 anos. O levantamento foi feito com 16.644 rapazes, que estavam se alistando no Exército, no ano de 1999. De acordo com o levantamento, os jovens que vivem na Região Metropolitana de Curitiba consomem mais álcool, crack, maconha, cocaína cheirada e anfetamina do que aqueles que moram em capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte. A droga preferida pelos jovens em Curitiba é o álcool, seguido de maconha e do crack.

Preocupados com formas preventivas, visando a não-proliferação do uso de drogas e considerando o cinema um meio de comunicação que, por abranger pessoas de diversas idades e camadas sociais, dever ser aproveitado como instrumento de campanhas educativas, razão pela qual apresento esta proposição.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, senhor deputado Cleiton Kielse.

O SR. CLEITON KIELSE

Senhor presidente, senhores deputados.

Há mais de 100 anos, Izabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga, filha de Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim Gonzaga Pascoal Cipriano Serafin de Bragança e Bourbon, passava dentro da nossa terra de Cerro Azul. Isso, há mais de 100 anos, senhor presidente. E, passados os 100 anos, nosso líder do Governo, Ângelo Vanhoni, tivemos a oportunidade, no último dia 16, e graças - com toda a certeza - às preces de muita gente, à união de vários partidos, à volta da vontade em ver o desenvolvimento da nossa região do Vale

do Ribeira, o lançamento do Programa do Leite em Cerro Azul, Dr. Ulisses, Adrianópolis e Bocaiúva do Sul, como em Morretes e todo o litoral do Paraná, mas, principalmente, deputado Ratinho Júnior, a vinda de um sonho, sonho que da última estada nesta tribuna falávamos do crescimento e do esquecimento de uma região.

Mas, desta vez, deputado Nereu, venho aqui agradecer com o coração mais feliz do que há muitos anos, trazer o dia mais feliz da história do Vale da Ribeira, o dia que um governador teve a coragem de ir, de carro, até Cerro Azul, passando por dificuldades para chegar na cidade, com muitas e muitas pessoas o acompanhando, inclusive vários deputados companheiros que lá estavam.

E venho agradecer, deputado Vanhoni, com toda certeza, a ponta do crescimento já está plantada; a semente do crescimento está plantada, porque uma cidade que tem 111 anos de comarca e mais de 140 de vida, não poderia, sair da lista das necessidades absolutas de um governo.

Então, quero declinar e agradecer ao governo do Roberto Requião, ao próprio governador, ao secretário Pugliesi que lá esteve, também, pela deferência que tivemos naquele momento. São mais de 16 milhões de investimentos que vão iniciar nos próximos dias, numa região que ninguém acreditava. E, por lágrimas de centenas de pessoas, deputado Vanhoni, que lá estavam, pelo discurso emotivo do governador Requião, pelo respeito com que ele foi tratado, estamos vindo a esta tribuna dizer que estaremos juntos com ele, buscando atender a todas regiões do Estado. A justiça que ele está fazendo neste momento, fazendo com que uma região que vários empresários estavam se ausentando, que a partir do dia 16 já não mais estão, que as terras que poderiam ser compradas até 300 reais o alqueire, a menos de 60 quilômetros de Curitiba.

Hoje já não se compra a mil reais o alqueire. Famílias que estavam abandonando, que estavam largando até dos seus afazeres para virem se aventurar na terra do eldorado que é Curitiba-Metropolitana, estarão plantando com toda certeza, novas linhas de vida, novos meios de vida, e eu tenho que agradecer a Deus por estar aqui nesta Assembléia, porque dezenas de vezes estivemos nesta tribuna. Centenas de vezes discutimos em reuniões, e com toda a humildade, venho pedir desculpas ao governo Requião, por tê-lo desafiado há poucos meses atrás, porque tenho a convicção que vamos ter, nos próximos doze meses, a conclusão da primeira etapa, que seria Rio Branco a Cerro Azul, demonstrando que esse governo está voltado, literalmente, para as regiões esquecidas, que estavam desassistidas por qualquer governo. E nesse momento, principalmente o Vale do Ribeira agradece em nome daqueles que muitas vezes morreram nessa estrada, por estarem encalhados ou por não terem condições de chegar a um atendimento que lhes fosse necessário.

Por isso, novamente, em nome de todos os meus irmãos companheiros e líderes que atendem esse Paraná, eu declino e agradeço ao governador Roberto Requião,

por não ter esquecido, em nenhum momento, a nossa região.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Acho que essa dívida o Paraná tinha com a região do Vale da Ribeira.

Essa é a primeira parte. O governador Roberto Requião surpreendeu a todos nós, porque a cidade de Cerro Azul foi escolhida exatamente para lançar o programa do leite, que V. Exa. sabe bem, exatamente porque é uma das regiões, onde as dificuldades e o índice de desenvolvimento humano é um dos piores no Estado do Paraná. E, o governador do Estado, ao tomar conhecimento, ao presenciar a situação em que se encontra o acesso da capital do Estado até aquela cidade, não teve dúvidas: no trajeto, já tomou a decisão de mandar asfaltá-lo. Então V. Exa. que milita naquela região e fundamentalmente moradores de Cerro Azul e toda essa nossa região que tanto precisa vão, a partir de agora, pelo menos, ter o indutor do desenvolvimento econômico que é uma estrada, um acesso para a Capital.

Assim, os produtos daquela região poderão vir à capital do Estado e o fluxo da economia começa a se restabelecer. É uma região difícil, o acesso é complicado. Quando chove, V. Exa. sabe como é difícil, estrada tortuosa no meio de vários morros. Então, é um trajeto difícil e há muito tempo deveria estar já asfaltado; e infelizmente isso não aconteceu, mas agora o Governo do Estado, com a sensibilidade de Roberto Requião pelo desenvolvimento do nosso Estado, não tenha dúvida, daqui um ano, V. Exa. estará convidando a nós, deputados, para a inauguração do primeiro trecho.

O Sr. Nereu Moura

Quero parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento e pela conquista. Sou seu colega aqui nesta Casa e anos acompanho o seu trabalho em prol do Vale do Ribeira. Sou testemunha da luta de V. Exa.

Quero também ressaltar aqui a decisão do governador Requião, porque veja, deputado Kielse, o Vale do Ribeira, como outras regiões do Paraná, sempre recebeu promessas da pavimentação em épocas de eleição. Quando era época de eleição, subiam no palanque e prometiam asfaltar, e essas melhorias, e aí o povo ficava chupando o dedo.

V. Exa. sabe e sou conhecedor, até por ouvir os seus discursos. O que fez o governador Roberto Requião? Elegeu-se governador, levantou os dados do Paraná inteiro e contatou o que todo mundo sabia, que o Vale do Ribeira, é uma região deprimida do Paraná. O povo é carente, não tem desenvolvimento e foi lá, na companhia de V. Exa. e de outras pessoas, e determinou que em dez dias a obra seja iniciada.

Para não fazer proselitismo e nem demagogia, apenas para fazer com que uma região do Paraná, como disse V. Exa. a 60 quilômetros de Curitiba, não fique no absoluto abandono como está o Vale do Ribeira.

Por isso, deputado Cleiton Kielse, parabenizo a sua luta, como também destaco a maneira como o governador Requião tem governado o Paraná, estadista, que é o governador Requião, de estar preocupado em melhorar a qualidade de vida. Na sexta-feira, na parte da tarde, foi ao Palácio conversar com o governador; ele tinha chegado de Cerro Azul, e relatou que ficou extremamente emocionado chegando às lágrimas ao ver a necessidade do povo do Vale da Ribeira, a carência, a demanda. Ficou extremamente emocionado com a situação e disse que, além do pavimento, além do leite, além de outras obras, o governo vai agir não só no Vale do Ribeira, como em outras regiões, para melhorar a qualidade de vida do povo do Paraná.

Parabéns, deputado Kielse, nós ficamos felizes com a sua decisão de se somar à nossa luta em favor do nosso Estado, em favor de darmos a tranquilidade política para que o governador Requião possa fazer um grande governo.

O SR. CLEITON KIELSE

Concedo o aparte ao deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Quero cumprimentar o governo Requião por essa iniciativa, porque o Vale do Ribeira, já foi dito durante muito tempo, e recordo-me que no governo Álvaro Dias foi iniciada essa obra, no período de 86 a 90. Depois, foi feita a terraplanagem e algumas obras, que o deputado Kielse sabe perfeitamente do assunto.

Gostaria de perguntar a V. Exa., ao tempo em que cumprimento o governador Requião, ficou dito que em dez dias começam as obras. Não será feita uma nova licitação? Como é que vai ser feito em dez dias, o início das obras?

O SR. CLEITON KIELSE

Essa licitação já foi feita em fevereiro de 2002. Simplesmente não foram cancelados os contratos de licitação de 2002, com preços literalmente justos. Hoje o empresário já está pensando dez vezes, pelo preço da época, porque houve o aumento do dólar. Agora, baixou o dólar. Existe condições ainda do cumprimento daquele contrato de fevereiro de 2002.

O Sr. Neivo Beraldin

Mas foi uma licitação que eu não fiquei sabendo, então?

O SR. CLEITON KIELSE

Já foi feita há bastante tempo, deputado Neivo.

O Sr. Neivo Beraldin

Em janeiro de 2002?

O SR. CLEITON KIELSE

Em 2002. Nós simplesmente acompanhamos, com toda a auditoria que foi feita pelo Tribunal de Contas.

Trinta e poucas empresas se inscreveram para participar daquela licitação. Nós estivemos presentes, e foi da maior lisura, da maior transparência.

Quanto a esse ponto, deputado Neivo, o empresário vai ter que economizar muito para cumprir as metas.

Por isso, quero agradecer os deputado Nereu Moura, Ângelo Vanhoni, Neivo Beraldin, que conhecem a realidade da região, que conhecem a realidade desse trabalho, mas principalmente agradecer a todos os irmãos, inclusive, o deputado Samek, o deputado Curi, o deputado Max Rosemann, que estavam lá e viram nos olhos do governador a sensibilidade que ele está tendo neste governo. Não tenho, realmente, nada a reparar ao discurso do governador Requião.

Em lágrimas ele disse: não podemos mais esquecer o Vale do Ribeira. Chamou os empresários: “Vocês têm que estar com as máquinas funcionando e trabalhando, porque nos próximos doze meses, eu quero estar aqui concluindo este asfalto!”

Ainda, reiterando um compromisso que tenho com aquela população, vou fazer, após o término de pavimentação até esse trecho Rio Branco do Sul junto com os líderes de Rio Branco até a divisa, e da divisa até Cerro Azul, com os líderes de Cerro Azul.”

Convido os deputados que quiserem participar para comemorarmos a chegada do desenvolvimento dentro do Vale do Ribeira.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Próximo orador inscrito, deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Quero chamar a atenção desta Casa nesta tarde, porque vou fazer algo inédito hoje aqui. Acredito que na história desta Casa nunca ninguém fez, mas como sou um deputado bastante brigador, sincero, gostaria de falar aos senhores do curso de Medicina de Ponta Grossa.

Hoje pela manhã tivemos em Ponta Grossa uma caminhada que saiu do Ministério Público até a sede do fórum em Ponta Grossa, onde o Dr. Flade, promotor público da Saúde, protocolou uma ação para derrubar o decreto do governador Roberto Requião. Protocolou uma ação cível pública com pedido de liminar cassando o seu decreto, por não ter fundamento social.

No máximo, amanhã, deveremos ter uma liminar em que determina a suspensão e a derrubada do decreto do governador Roberto Requião. Tivemos hoje mais de 100 entidades caminhando em direção ao fórum. Foi uma caminhada maravilhosa em que a população saiu às ruas, participou, e estamos hoje no aguardo dessa decisão da justiça.

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, tenho alertado aqui, até o líder do Governo, deputado Ângelo Vanhoni, e alertado todos da base do governo de que o governador Roberto Requião que vem fazendo um

bom governo, que consegue dinheiro para o Teatro Guaíra, mais de cem cargos, que acaba de liberar uma estrada ao deputado Cleiton Kielse. É sinal que tem dinheiro. Só não tem dinheiro para o curso de Medicina em Ponta Grossa, mesmo estando previsto no orçamento do Estado!

O governador Roberto Requião, que vem fazendo um governo muito bom, austero, dinâmico, para frente, o governador tem tomado boas atitudes. Mas, em relação à Ponta Grossa, esse ato do governador marca de forma violenta sua trajetória política. Em Ponta Grossa é unânime o povo afirmando a tristeza, a dor em relação ao governador Roberto Requião. Há um sentimento de tristeza que não suportaram o baque dessa “canetada” que o governador deu no curso de Medicina.

Acredito nas palavras do governador Roberto Requião. Pelo menos, tudo aquilo que ele promete, ele faz. Queria colocar para os senhores aqui um fato inédito nesta Casa, e a democracia me permite. Quero colocar aqui um trecho das palavras do governador. Ele disse, daquela tribuna, nunca me esqueço, que ninguém deve deixá-lo errar. Vim trazer aqui um depoimento do governador Roberto Requião. Confio nas suas palavras.

É esse o depoimento aqui:

(Expõe gravação na tribuna)

“O Sr. Jocelito Canto - Quando o senhor for governador, o senhor instala a faculdade aqui? O governador está anunciando que está botando no orçamento, mas só vai começar em 2003. Se o senhor for o governador, o senhor confirma?”

O Sr. Roberto Requião - Por que não? Se tiver professor de qualidade, se tiver demanda, tiver aluno, por que não? E não preciso comprar deputado nenhum para fazer uma coisa dessas...”

(Termina a exposição da gravação)

Senhor presidente, palavras do governador Roberto Requião em Ponta Grossa, no meu programa de rádio em 2001, que ele vai fazer o curso de Medicina acontecer em Ponta Grossa.

Fica registrado nos Anais desta Casa que o governador deu essa palavra num programa de rádio lá em Ponta Grossa, e eu só quero que ele cumpra o que ele tem de mais sagrado: a sua palavra.

Muito obrigado, senhor presidente! Muito obrigado, senhores deputados!

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Horário do Grande Expediente, que está destinado à Associação dos Municípios do Paraná.

Chamamos para fazer uso da palavra o presidente da Associação, Joarez Heinrich.

O SR. JOAREZ HEINRICH

(Lê):

“Exmo. Sr. presidente da Assembléia Legislativa, deputado Hermas Brandão; Exmos. Srs. deputados e

deputadas estaduais do Paraná; amigos da imprensa estadual; senhoras e senhores.

Inicialmente, em nome dos 399 prefeitos do Paraná, gostaria de agradecer o ilustre deputado Durval Amaral, pela gentileza de solicitar à Presidência da Casa, a concessão deste privilegiado espaço para os municípios do nosso Estado.

Também gostaria de agradecer a todos os 54 deputados da Assembleia Legislativa do Paraná, na pessoa do seu presidente, deputado Hermas Brandão, por terem compreendido a importância de discutir com os prefeitos um assunto de tamanha importância como é o transporte escolar.

É profundamente lamentável ter que admitir isto. Mas os problemas enfrentados pelas 399 prefeituras paranaenses em relação ao transporte escolar dos alunos da rede pública de ensino já atingiram um nível insustentável.

Principalmente as pequenas, não suportam mais ter que arcar com as enormes despesas necessárias à manutenção do serviço.

No ano passado, nossos municípios gastaram R\$69 milhões para realizar o transporte escolar dos alunos da rede pública de ensino.

Para 2003, a previsão de despesas é de R\$130 milhões, de acordo com estimativa feita pela AMP e pela Undime/PR (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Seccional Paraná).

É verdade que, devido aos esforços desenvolvidos pela AMP - Undime, pelos prefeitos e pelos deputados estaduais do Paraná empenhados na causa municipalista, nós conseguimos ampliar esta receita mais de quatro vezes nos últimos três anos.

Em 2001, o orçamento do Estado garantiu R\$7,5 milhões para o transporte escolar.

Em 2002, foram R\$15 milhões.

E, neste ano, serão R\$32 milhões, mas estas receitas continuam muito abaixo das reais necessidades dos municípios para custeio do transporte escolar, o que é de responsabilidade do Estado, seria 80 milhões de reais. Somente 1/4 é de responsabilidade dos municípios.

Este problema é grave. Primeiro, porque a insuficiência dos recursos muitas vezes impede os prefeitos de disponibilizar o serviço com a dimensão necessária.

É isso o que explica o fato de, recentemente, vários prefeitos do nosso Estado terem sido acusados de permitir o transporte de alunos em condições inadequadas. Penso, porém, que esta crítica é injusta. Afinal, senhoras e senhores deputados, como é possível oferecer um transporte escolar adequado, sem ter os recursos necessários?

Não pensem, os senhores e senhoras que os prefeitos do Paraná estão contentes com esta situação de penúria. Não pensem que as notícias de acidentes envolvendo ônibus escolares nos alegam. Muito pelo contrário!

Nós prefeitos, estamos profundamente preocupados com a situação, pois nossas crianças não podem ficar isoladas e sem a educação devida pelo estado constituo-

nal, porque os alunos não estão morando no Estado e nem na região, mas sim, nos municípios.

É por isso que estamos fazendo o possível para oferecer um transporte escolar da melhor qualidade aos nossos alunos. É relevante mencionar que milhares de alunos da rede pública de ensino estão tendo que enfrentar o desconforto e o perigo de serem transportados em condições não adequadas.

Mas isto não é tudo, senhores e senhoras.

“Por não poder oferecer um transporte escolar com a qualidade desejada, houve vários casos de prefeitos que chegaram a sofrer ameaças de agressão e até de morte”, como o município de Palmital e outros. O problema da falta de recursos para custear o transporte escolar também é grave, porque obriga os prefeitos a transferir receitas de outras áreas essenciais para a prestação deste serviço.

Naturalmente, como resultado disso, seus moradores acabam tendo alguma forma de prejuízo em setores essenciais, como a saúde, a segurança pública, o transporte urbano, setor rodoviário e outros.

Além disso, há outro fator que agrava o problema. Os municípios foram obrigados a enfrentar uma alta considerável dos combustíveis nos últimos anos. Enquanto a inflação de 2002 foi de 12,93%. O aumento do óleo Diesel foi no mesmo período de 71,40%, não contando os aumentos em 2003.

Isso contribuiu para onerar ainda mais as prefeituras, que tiveram que arcar com estes aumentos se, naturalmente, poder repassá-los ao usuário do transporte escolar.

Além disso, há outros fatores conjunturais que dificultam a busca de uma solução para o problema.

Como foi amplamente divulgado pela imprensa, o Paraná aparece como um dos Estados com o pior índice de desenvolvimento humano do Sul do Brasil.

Segundo dados do Iparades- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, entre 1940 e 1970, a população do Paraná aumentou de 1,2 milhão para nada menos de 7 milhões.

E onde a população está concentrada? Nos municípios. São as prefeituras que sentem diretamente os problemas causados pela explosão demográfica ocorrida no nosso país e no nosso Estado.

No entanto, as prefeituras que não tem sido contempladas com quaisquer recursos excepcionais, necessários a suportar este aumento da demanda.

Segundo a lei da responsabilidade fiscal em seus artigos determinam que cada ente da federação tem que acabar com o déficit público.

Vejam os senhores e senhoras, segundo dados da Receita Federal, entre maio de 2000 a dezembro de 2001, o déficit, de 15,7 bi foi para 17,3 bi, aumentou 10%; os Estados brasileiros de 21 bi para 24,2 bi, mais 16%; nos municípios o déficit de 3 bi diminuiu para 1,2, bi menos 59%. Mais uma vez quem paga a conta são os municípios.

E para prejudicar ainda mais os municípios, vejamos o bolo tributário. Em 1991, a União ficava com 55,36% das receitas, os Estados com 28,23% e os municípios com 16,41%. Em 2001 a União passou para 59,30%; os Estados baixou para 26,50% e os municípios para 14,20%.

De acordo com o que estabelece a lei, a responsabilidade pelo transporte dos alunos da Rede Estadual é do Estado, em todos os níveis: ensino fundamental (5ª a 8ª séries), ensino médio, educação de jovens e adultos e ensino supletivo.

O Estado tem repassado recursos apenas para o ensino fundamental, transferindo a responsabilidade pelo transporte escolar inteiramente para as prefeituras.

Isto só contribui para agravar ainda mais o quadro de penúria das nossas cidades, que já vêm sofrendo com quedas sucessivas da receita do FPM (Fundo de Participação dos Municípios). Segundo o Tesouro Nacional para o mês de junho, vai haver uma queda de menos 20%.

Não é por falta de esforços dos prefeitos e prefeitas do Paraná que o problema do transporte escolar ainda não foi resolvido.

Quero lembrar aos nobres deputados e deputadas que tramita nesta Casa o Projeto nº 126/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que atende exatamente o interesse dos municípios.

O projeto altera parte da Lei nº 11.721, de 20 de maio de 1997, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual do Transporte Escolar.

O artigo 1º diz claramente: “A quota do transporte escolar será automaticamente repassada aos municípios, em conta específica para esse fim, no valor *per capita* calculado conforme o número de alunos do censo escolar.

O objetivo do projeto, portanto, é garantir o repasse automático dos recursos destinados ao transporte escolar.

É exatamente isso o que querem os municípios.

Porque, senhores e senhoras, os prefeitos do Paraná não suportam mais ter que travar longas, cansativas e desgastantes discussões com o Governo do Estado em relação ao transporte escolar, tem sido sempre dos municípios, nunca do governo.

Gostaríamos que este cenário fosse modificado.

A diretoria da AMP, bem como todos os 399 prefeitos do Paraná reconhecem a boa vontade do secretário estadual de Educação Maurício Requião, em resolver o problema.

Desde que iniciamos as negociações em torno do transporte escolar, sempre fomos bem atendidos pelo secretário, bem como por todos os técnicos delegados por ele para tratar do problema com os municípios.

É necessário, portanto, por uma questão de justiça, agradecer ao secretário por esta disposição para o diálogo.

Mas também é fundamental considerar, deputados e deputadas, que isto não basta. A disposição para o diálogo

logo é apenas o primeiro passo em direção à busca de uma saída para o problema do transporte escolar.

Os prefeitos do Paraná querem mais que isso. Querem que o governo apresente, imediatamente, uma solução concreta para o problema. O secretário disse que o governo do Estado ainda está estudando uma forma de repassar os recursos para as prefeituras, que até agora não receberam um único centavo do Estado neste ano, para realizar o serviço.

Uma das propostas discutidas pelo secretário é o repasse de parte dos recursos do Fundef (Fundo para o Desenvolvimento do Ensino fundamental e de valorização do magistério) para o transporte escolar.

A fórmula está sendo estudada pela equipe técnica das Secretarias da Fazenda e do Planejamento.

Vejam senhoras e senhores deputados, o descaso com que os municípios são tratados no caso do Fundef: a Lei 9.424/96 determina que o repasse mínimo da quota-aluno é de R\$762,00, enquanto a União somente repassa R\$457,00 ano/aluno.

É importante lembrar que segundo a Undime/PR, houve uma sobra de caixa nos cofres do Tesouro Estadual de nada menos de R\$ 23 milhões relativos ao Fundef.

A AMP e a Undime/PR apresentaram ao secretário Maurício Requião, logo no início do mandato do atual governo, a proposta de que esta sobra de recursos do Fundef seja transferida para a conta do transporte escolar. De acordo com o governo, são transportados atualmente um total de 192.735 alunos da rede estadual de ensino - 146.093 da zona rural e 46.643 da zona urbana.

Da mesma forma, os municípios aguardam uma solução do governo quanto ao problema do atraso nos repasses do salário-educação, uma receita garantida para o ensino fundamental, que é recurso do Estado.

Em outros Estados, como Santa Catarina, o repasse do salário-educação para os municípios é de 100% e foi garantido por meio de projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa.

No Paraná, porém, ainda continuamos discutindo a criação de um mecanismo adequado para garantir o repasse destes recursos. O atual governo do Estado se comprometeu a repassar o mais rapidamente possível para os municípios os recursos referentes ao salário-educação.

Como os senhores e senhoras sabem, a lei prevê que o repasse destes recursos deve ser feito no máximo dez dias após a transferência das verbas para os cofres do Estado. Da mesma forma, o governo se comprometeu a abrir as contas do salário-educação informando aos prefeitos do Paraná, todos os repasses que foram feitos pela União.

São compromissos importantes, que mostram a boa disposição do Governo para o diálogo. Confirmando esta disposição, o governo repassou R\$10,3 milhões do salário-educação para as prefeituras de janeiro a abril deste ano.

É um valor expressivo, sem dúvida, mas ainda insuficiente para atender a demanda. Confirmando esta disposição do governo para o diálogo. No entendimento dos prefeitos do Paraná, porém, precisamos ir além do diálogo em relação a este assunto.

Precisamos adotar ações concretas para solucionar a crise existente no ensino fundamental porque os problemas enfrentados pelos municípios neste setor estão longe de uma solução. O problema vem se estendendo há pelo menos três anos.

Vejamos o que aconteceu em 2001, por exemplo. Segundo a Undime-PR, os municípios receberam apenas 12% da receita total do salário-educação repassado ao Estado, o que totalizou R\$13,6 milhões.

No mesmo ano, o Estado recebeu um valor 7 vezes maior - R\$99,9 milhões, equivalente a 88% da receita. Em 2002, o quadro se repetiu. No segundo semestre do ano passado, as prefeituras receberam apenas R\$28,01 milhões referente ao salário-educação. Isto equivale a somente 21,5% do total. Mas os municípios deveriam ter recebido no mínimo R\$70 milhões.

De janeiro a março do mesmo ano, porém, o governo do Paraná recebeu R\$102,7 milhões, o que equivale a 78,5% do total dos recursos.

Precisamos portanto, encontrar agora uma solução definitiva para o problema, e achamos que esta solução está na aprovação de um projeto, pela Assembléia Legislativa, garantindo que o repasse seja feito de forma automática.

Queremos, ainda, que o repasse atenda critérios definidos de comum acordo entre o Governo do Estado, as Prefeituras e a Undime-PR. Este é, aliás, um dos motivos que nos trouxe até esta Casa.

Gostaríamos de pedir o apoio dos senhores deputados e deputadas a esta nossa reivindicação, porque entendemos que os interesses políticos jamais podem sobrepujar os coletivos, no caso, dos nossos estudantes.

É assim, aliás, que a diretoria da AMP tem agido em relação ao problema. Embora reunamos diretores das mais variadas vertentes políticas, temos deixado nossas divergências partidárias de lado em defesa da causa paranaense. Esperamos que os senhores deputados e deputadas adotem este mesmo espírito público.

Temos certeza de que, se a Assembléia Legislativa vai aprovar os dois projetos que definem regras claras para o repasse dos recursos do transporte escolar e do salário-educação, o Legislativo paranaense estará dando uma extraordinária contribuição no sentido de resolver este problema que não interessa apenas aos prefeitos paranaenses, mas a todo o conjunto da população do Paraná, a Lei de Responsabilidade Fiscal nasceu de uma necessidade de fazer as administrações públicas mais empresariais.

É fundamental lembrar aos nobres deputados e deputadas que a Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, prevê uma série de sanções aos prefeitos que não cumprirem os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Uma delas é a proibição de que os prefeitos deixem restos a pagar para os seus sucessores.

Com o advento da Lei nº 10.028, alterou-se o disposto no artigo 359 do Código Penal, que diz claramente que é um crime contra as finanças públicas: “Ordenar ou autorizar a assunção de obrigação, nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato ou legislatura, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro, ou caso reste parcela a ser paga no exercício seguinte, que não tenha contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa”.

A pena prevista para os prefeitos que descumprirem este artigo é a reclusão de um a quatro anos.

Esse é mais um motivo pelo qual os prefeitos estão cobrando os recursos para o transporte escolar.”

Por isso, queria aqui, antes de encerrar, fazer um apelo especial aos deputados e deputadas: não estamos aqui chorando, não estamos lamentando, porque quando assumimos o cargo público temos a responsabilidade de levar até o seu final.

Não é justo cada ente da Federação não cumprir a sua parte. Vejamos a questão da necessidade à qual queremos pedir o apoio aos senhores deputados: primeiro, um projeto de lei da deputada Luciana Rafagnin, que isenta de ICMS aos municípios a compra de maquinário do setor rodoviário. Hoje, 60% do setor rodoviário dos nossos municípios têm mais de 25 anos de uso, vejam senhores e senhoras o custo do setor rodoviário.

Queremos pedir apoio aos senhores deputados e à Mesa, na reforma da Previdência, a reforma tributária, a reforma trabalhista e a mais importante, a reforma política. Não se agüenta mais o sistema político que está hoje. É impossível administrar os municípios com as leis, que estão tendo eleições a cada dois anos. A lei é clara e proíbe repasse de recursos de um ente da Federação para outros, 90 dias antes e 90 dias depois.

Então, senhores deputados que pretendem ser prefeitos, vejam essa questão da lei, porque vocês são os legisladores. De que maneira o prefeito tem 4 anos, se a lei castra, proíbe repasse, convênios e ações administrativas três meses antes e três meses depois. Na verdade, não são 5 anos de mandato dos prefeitos; são 3. Só tem uma solução a unicidade nas eleições. Nós que representamos a população, que somos homens e mulheres sério do Paraná e deste País, não podemos admitir mais processo eleitoral a cada dois anos. O País não suporta mais, os municípios não suportam mais, por isso, a unicidade das eleições vai resolver todos esses problemas.

Vou dar um exemplo aos deputados aqui presentes. A unicidade nas eleições vem resolver o problema que aconteceu na mudança do governo estadual e do governo federal, os municípios estavam como um carro andando em 4ª marcha; simplesmente na mudança do governo, se reduz para uma 1ª, quando não se engata a ré. O que acontece com isso? Quem é que paga a conta? Somos nós!

Em nome dos 399 prefeitos do Paraná, o nosso muito obrigado ao presidente Hermas, aos senhores deputados e deputadas e ao deputado Durval Amaral, que tão gentilmente solicitou o espaço para que aqui os municípios apresentassem suas reivindicações.

Mais uma vez - não é choro, não é demagogia, é uma necessidade de sobrevivência e por isso estamos pedindo esse apoio.

Lembramos aos deputados, que independentemente de quem apoio, os candidatos a governador e a presidente, a AMP supra partidariamente entregou aos candidatos, inclusive ao governador Requião e ao presidente Lula, a reivindicação dos nossos municípios e a pauta municipalista onde constam todas essas reivindicações.

Queremos agradecer e externar nosso abraço. Todas as ações não vamos pagar. Os nossos municípios não vão pagar vocês! Mas só há uma forma, queria dizer a todos vocês: as flores de hoje estarão contidas nas sementes do amanhã.

Portanto, muito obrigado. Agradeço a todos e que Deus dê uma grande bênção.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Agradeço ao prefeito Joarez, e pode ter certeza que terá o apoio dos deputados.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Queria cumprimentar o prefeito Joarez e todos os demais prefeitos que estão nesta Casa, e, na condição de deputado, acho que a nossa Bancada Independente, na pessoa de todos os demais companheiros, estaria à disposição do prefeito para fazer este projeto de lei. Acho importante este projeto de lei nos moldes que foi feito em Santa Catarina, porque vai carimbar verba e, ao mesmo tempo, atender uma velha reivindicação dos prefeitos. Eu que já fui prefeito sei como é duro e a gente sabe que na questão principalmente de transporte de quinta à oitava séries, o governo nunca cumpriu com a sua parte e os prefeitos são obrigados a fazer. Acho que cabe a esta Casa, que tem que fazer leis e fiscalizar os atos do governo, fiscalizar com veemência o que está acontecendo. A responsabilidade do transporte de quinta à oitava séries cabe ao Governo do Estado, que tem que cumprir sua parte.

Fico à disposição do prefeito Joarez e dos demais prefeitos, em meu nome e até da nossa Bancada Independente aqui, se for necessário, fazer este projeto, sentar com a Associação e propor à Casa este projeto que é um sonho, um anseio dos prefeitos do Paraná, porque sabemos que o aluno de quinta à oitava séries é uma responsabilidade do Estado e também de nós, deputados, que representamos esses alunos que, a qualquer momento, podem ficar sem transporte, porque os prefeitos estão fazendo um favor ao governo do Estado transportando, os alunos.

Por isso fico à disposição dos prefeitos, da Associação, e estou pronto, à hora que assim entender, para

fazer, protocolar e brigar por esse projeto aqui na Casa em nome de todos os alunos do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Agradecemos ao prefeito Joarez e, com certeza, esta Casa, somará apoio ao pleito.

Parabéns por suas palavras.

No Horário da liderança do PDT, com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhores deputados. Quero cumprimentar a exposição do prefeito Joarez, Presidente da AMP, que os demais prefeitos, foram descobrir na gestão passada na nossa pequenina Barracão, sudoeste do Estado, uma liderança jovem, firme, e que tem se dedicado muito em prol da defesa dos interesses municipalistas.

Não quero falar hoje como deputado. Quero trazer muito mais o meu sentimento de prefeito que fui, para me associar aos que aqui estão, sob a liderança do presidente Joarez, sobre a situação que vivem os municípios. Sabemos, decantado em prosa e verso, que o cidadão não reside na União, não reside no Estado, mas ele vive, mora, cria seus filhos, constitui família e determina o progresso desta Nação ou de qualquer outra, é no município. Independente de governo, os municípios sempre são tratados como se merecessem, do Governo Federal e do Governo do Estado o pires na mão. A esta situação precisamos colocar termo, precisamos colocar fim. O governo passado que quer fazer o reconhecimento, aprovou a Lei 11.721 de nossa autoria, que cria e institui o transporte escolar no Estado do Paraná. Um grande avanço, porque, antes só recebia alguma verba para transporte ou para comprar um veículo, aquele que fosse amigo do governador ou tivesse um deputado para indicar. Hoje nós avançamos muito. No ano passado foi destinado aos municípios 15 milhões de reais, mas de um valor muito maior e isso foi uma pequena parcela daquilo que os municípios têm direito. Estamos vendo e assistindo o rigor com que têm tratado o Ministério Público o Tribunal de Contas, em cima das contas municipais.

O rigor é excessivo, se compararmos ao rigor ou mesmo a falta deste mesmo critério em cima de governadores, secretários e outros entes da Federação e do Estado.

Então o prefeito, de pires na mão, precisando transportar o aluno da zona rural, porque é lá que acontece a vida, é lá que ocorre a necessidade da educação, que não pode esperar um orçamento, esperar um PPA ou esta Assembléia trazer alguma emenda. Mas lá, senhor Pedro Ivo, você que já foi prefeito, o Jocelito, Rafael Greca, Fernando Ribas Carli, Duílio Genari, Hermes Fonseca, Dobrandino Silva, que já foram, eu próprio que aqui estou falando com sentimento de prefeito, sabem o quanto isto é pesado, o quanto é importante esta Casa

votar. O município não pode continuar a ter uma regra draconiana e não sou contrário a ela. Acho que ela deve existir. Mas ela é incisiva em cima dos municípios. Tenho certeza que estamos avançando a cada ano, a cada exercício fiscal, com a aplicação desta lei. Vai chegar o momento em que o político vai saber o que pode ser prometido e o eleitor vai saber o que poderá ser pedido e solicitado e esperado do político. Especialmente no município, que é onde ele vê a coisa acontecer mais palpável.

Este não pode ser o tratamento. Tivemos no final de semana passada uma reunião na AMP, em que lá estiveram vários secretários: da Justiça, do Desenvolvimento Urbano e o da Educação.

Com todo o respeito ao senhor secretário da Educação, Maurício Requião, sei que recebeu uma das secretarias mais complicadas do Estado. Metade do funcionalismo está na sua secretaria. Tem lá uma série de problemas crônicos que estão aguardando soluções, desde salários, recuperação de salários, cargos, avanço diagonal, a questão da grade curricular, que não atende a todos os interesses, mas não podemos dizer, como foi dito lá - eu vou verificar! Enquanto os prefeitos têm que pagar, e o prefeito está pedindo, pelo amor de Deus. Os prefeitos e as senhoras prefeitas, para quê? Para ter condições de prestar um serviço ao Estado do Paraná! É competência do Executivo Estadual! Os valores estão invertidos! É o Estado que teria que procurar as municipalidades, para que elas pudessem estabelecer convênios com os municípios, e não eles virem de pires na mão procurar o Estado, para que façam um convênio com ele, para quê? Para que ele possa cumprir uma responsabilidade que é do Estado!

Estamos invertendo a lógica e ainda submetendo aos prefeitos e aos municípios a uma situação draconiana em que o Estado dizia: eu não tenho condições, como foi colocado pelo prefeito Maurício Requião.

A verba foi votada pela Assembléia; a Assembléia é quem paga o pato. Foi votada pela Assembléia na fonte 16 que é salário-educação. E o salário-educação está todo comprometido por parte do Estado que não tem como, nesse momento, bancar ou fazer as transferências para os municípios. Solicitou aos prefeitos lá reunidos, mais 30 dias de prazo, para que ele pudesse dar uma resposta.

Quem desde o final de fevereiro vem fazendo transporte graciosamente para o Estado e alguns chegam a comprometer boa parcela das suas receitas mensais com o pagamento do transporte escolar.

Por isso, esta Casa, mais urgente, precisa aprovar um projeto de lei, nosso, que aqui tramita. É vindo os recursos direto da União, passando pelo Estado, mas aqui já buscando os valores, indo direto para os cofres municipais, porque todo deputado, independente de partido, de quem está no governo, todos os secretários entram no caixa da Fazenda e tentam tirar uma vantagem.

Por quê? Porque os recursos são pequenos, e tudo que vem, vem para somar!

É por isso, senhor presidente, que parabeno a AMP e os prefeitos que têm mantido uma luta incessante para prevalecer os direitos dos seus municípios.

Cumprimento aqui, o prefeito Joarez, presidente da AMP, o Same Saad, prefeito de Iretama, e também, vice-presidente da Associação Microrregional, a prefeita Maria Aparecida Zago, conhecida como prefeita Cidinha de Iporã, o prefeito José Carlos de Lima, de Boa Vista, o prefeito Ari Siqueira do Rio Negro e a professora Ivanildes Fernandes, que é presidente da Ondime.

Faço uma colocação. Que esta Casa olhe com carinho, e solicito à Presidência que desencaixe esse projeto nosso que faz o repasse direto. É uma questão de justiça. É uma questão de estarmos fazendo justiça para com os municípios, aonde nós vamos buscar os nossos votos e a nossa representação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Horário destinado ao PT.

Usará da palavra o deputado Elton Carlos Welter.

O SR. RENI PEREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Gostaria de me somar ao pronunciamento do deputado José Maria, quando ele se refere ao pleito da Associação dos Municípios do Paraná.

Gostaria de dizer - que fique registrado nesta Casa - que não só em relação aos projetos em andamento como também os que porventura serão protocolados de agora em diante, que nós precisamos olhar com carinho, não por serem os prefeitos que hoje se fazem presentes aqui, legítimos batalhadores, defensores da causa municipalista, mas uma questão de justiça, porque a população, quando precisa do Poder Público, a quem primeiro ela corre é a Prefeitura. A maioria dos munícipes não sabe o endereço certo de Curitiba; quem dirá de Brasília, e no que se refere à distribuição das receitas, infelizmente, os municípios são os que menos levam nessa fatia toda.

Nós temos uma tendência nos últimos anos, de municipalização de serviços: saúde, educação, ensino básico e assim por diante. Estabelece-se cotas de repasse mas esquecem que esses serviços, dia após dia crescem, e muitas vezes os repasses não acompanham esse demanda.

Gostaria de registrar nesta Casa, para que com carinho analisássemos não só os projetos que estão em andamento, mas também os que serão protocolados de agora em diante.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Quero registrar que o deputado Reni Pereira esteve conosco também na AMP, nos acompanhando, com relação à Reforma Tributária e também com a questão do transporte escolar.

Muito obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, para registrar que a preocupação do deputado José Maria Ferreira, acho, é a preocupação do conjunto da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Garantir o acesso aos estudantes, na realidade, é garantir a educação. Ao Same Saade, aos prefeitos que nos visitam, quero relatar que, não apenas os municípios do interior do Estado têm problemas em relação a garantir uma escola de boa qualidade, garantindo o acesso à educação.

Aqui na nossa cidade, na capital do Estado, muitas vezes encontramos problemas em função do crescimento de determinadas regiões e, por falta de espaço, de construção de escolas e do ponto de vista pedagógico, é fundamental e importante que a relação do aluno esteja consolidada com a comunidade, que o professor se relacione com a comunidade, que o diretor da APM tenha acesso direto à escola para discutir o processo pedagógico, para construir a vivência da unidade escolar. Muitas vezes aqui na nossa cidade também tivemos a necessidade de garantir, em função das dificuldades até materiais, o acesso à escola com transporte escolar para os nossos estudantes.

Entrei em contato com o chefe da Casa Civil, deputado Caíto Quintana. Ele está sabendo do problema. Tal discussão, o secretário da Educação já levou ao Governo do Estado.

Gostaria de informá-los que está havendo uma discussão junto à área de governo para que uma solução seja encontrada, do ponto de vista da viabilidade do financiamento desses recursos, para garantir o transporte escolar aos municípios do nosso Paraná.

Às vezes um pouquinho de paciência, mas tenho certeza que com a Assembléia Legislativa e com o Governo do Estado se preocupando como estão, vamos encontrar logo uma solução para o problema. Não vamos deixar as nossas crianças, por falta de transporte escolar, distantes da educação em nosso Estado.

Quero me somar às palavras do deputado José Maria Ferreira e externar essa preocupação do governo. É a boa notícia: logo traremos uma solução para esse problema que está neste momento se apresentando.

Muito obrigado!

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Em nome da liderança do PT, uso esta tribuna também para me solidarizar à AMP nessa luta municipalista em defesa do interesse dos nossos cidadãos que usufruem da política nos municípios.

Tive a oportunidade de estar também em Cerro Azul. Falaram-me que lá era o Vale do Jequitinhonha do Paraná. Realmente, vi muita pobreza. Pousei naquela cidade e lá já tenho amigos bons como, a suplente de vereadores, nossa amiga Judite. Lá estivemos jantando com os companheiros e conversando sobre os problemas de Cerro Azul. Para nossa felicidade, no dia seguinte, o

governador anunciou o afastamento daquela rodovia, que é um acesso difícil.

Diga-se de passagem, o governador está com sensibilidade, tanto para as áreas deprimidas, como para as que estão em desenvolvimento, como é o caso do Oeste do Paraná. O governador já anunciou a duplicação da 467, e anuncia essa rodovia para Cerro Azul. Ali, com toda certeza, haverá um desenvolvimento fantástico e a valorização das terras naquela região.

Visão de um governo que olha para todas as regiões, como é o Oeste do Paraná, onde anunciou que será executada a duplicação da rodovia 467, que interliga as cidades de Cascavel e Toledo, onde, somadas juntas, somos o maior pólo agropecuário, em torno de 30% do PIB do Paraná. Um número fantástico.

Por isso, o governador percebe que deve investir, sim, no setor de transporte, tanto nas regiões que estão em franco desenvolvimento, como em regiões que são mais deprimidas, como o Vale do Ribeira.

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados:

Está, neste momento, aqui na Assembléia, tramitando a LDO.

Prefeito Saad que já usou a tribuna: a LDO é um momento ímpar de se colocar propostas que interessam aos municípios e às regiões que têm afinidades, para depois, sim, contemplar essas propostas no orçamento que vem no segundo semestre. E nós, da Bancada do PT, em nome da liderança, estamos disposto a debater profundamente, incluir as emendas que contemplem essa visão do governo de perceber as necessidades dos municípios.

Por isso, as leis que envolvem o planejamento, a PPA, a LDO que está tramitando e o orçamento anual que vem à Assembléia, é um momento ímpar de se fazer um amplo debate com a sociedade paranaense, com a associação dos prefeitos e a sociedade organizada. Aí, sim, nós teremos um orçamento justo que contemple as regiões mais deprimidas, que contemple as regiões que estão em processo de desenvolvimento e necessitando ainda mais de infra-estrutura na área de transporte, educação ou saúde e assim por diante.

Vejam só, senhores deputados. É de fundamental importância que para contemplar os anseios da AMP, os anseios dos paranaenses como um todo e nosso, deputados, que realmente consigamos contemplar, na LDO que está tramitando, a vontade dos paranaenses. É ali que devemos nos debruçar e contemplar os grandes pleitos dos municípios e das regiões, tanto das regiões de amplo desenvolvimento, como regiões que têm mais pobreza.

Acredito que praticar a política desta forma, com uma votação da forma mais justa das leis que envolvem o planejamento do Estado do Paraná, que são a LDO, a PPA e o orçamento, nós faremos mais justiça e teremos a inclusão de pessoas e de municípios que muitas vezes são excluídas do Estado, porque muitas vezes se liberam recursos meramente por questão política, interferência política.

Nós acreditamos, e o governo Requião não permitirá essa forma de condução política. Assim acreditamos e é assim que vamos lutar para que o Estado racionalize os recursos e contemple de forma justa a aplicação dos recursos dos impostos dos paranaenses.

Meu muito obrigado a todos!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Próximo horário destinado ao PP.

Com a palavra, o deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Mais uma vez nós temos a satisfação de receber nesta Casa o presidente da Associação Paranaense de Municípios, prefeito Joarez, que representa nesta ato os prefeitos do Paraná, acompanhado do vice-presidente, prefeito Sâmis, trazendo um assunto que esta Casa conhece a fundo, um assunto que esta Casa já debateu.

Tendo em vista que o movimento dos prefeitos do Paraná iniciou-se no ano de 2000, no primeiro ano de mandato dos atuais prefeitos e na seqüência, no ano de 2001 já foi repassado um valor para os municípios, o mesmo acontecendo no ano de 2002, o que é mais importante, senhoras e senhores deputados.

Os recursos estão consignados no orçamento. Aprovado o orçamento, existe a rubrica orçamentária. Essa rubrica orçamentária é do salário-educação. Agora, é importante que se diga que os municípios do Paraná, aos prefeitos e a quem mais interessa, aos alunos, às crianças, a eles não interessa qual é a fonte que existe no orçamento do Estado do Paraná para receber esse recurso, a verdade é que eles estão lá no interior à beira da estrada e não têm a condução para levá-los à escola!

Nós temos que lembrar que a política educacional incentivou a nuclearização do ensino, fez com que os prefeitos investissem em novas escolas nas comunidades maiores, nas sedes distritais, fazendo com que essas crianças fossem apanhadas nos diversos pontos e levadas para lá. E mais: os municípios transportam muitos alunos que são alunos de escolas, de colégios estaduais e nós ficamos, senhora presidente, nesta “lenga-lenga” de quatro meses, espera mais trinta, com todo respeito ao governo, com todo respeito ao governador, ao secretário Maurício Requião, de quem fui colega na Câmara Federal, eu não posso concordar com mais trinta dias, porque se tivéssemos, senhor presidente, alguma dificuldade de caixa, se o Estado dissesse: não tem dinheiro, nós aceitaríamos. Não tem dinheiro, temos que encontrar uma maneira de viabilizar esse recurso, mas dinheiro tem, nós sabemos que tem, por informações extra-oficiais, e logo, logo, vamos ter, certamente, o secretário da Fazenda, a sua equipe fazendo a quadrimestral do Governo. E aí nós vamos constatar aquilo que nos passam informalmente, dos recursos que o Tesouro tem no caixa.

Não posso aceitar e tenho convicção de que o Governo, a sua equipe, tenha a sensibilidade suficiente

que tendo o dinheiro em caixa vamos aguardar mais trinta dias. Eu fui prefeito, presidente Stica, como diversos deputados que aqui estão o foram. Sabem a pressão que sofrem lá na sua comunidade, uma pressão justa. É o exercício da cidadania, quando os pais, os alunos, os professores, as lideranças se reúnem e vão à Prefeitura saber por que o veículo de transporte escolar não está levando as crianças à escola.

Nós não podemos aceitar. Não quero acreditar e não acredito que não exista boa-vontade do governo em repassar esses recursos o mais rápido possível para os municípios. Tem trinta e dois milhões de reais alocados na rubrica do salário-educação! Vamos fazer o repasse mensal, vamos dividir por dez ou por doze meses, e vamos repassando aos municípios!

O problema do secretário não querer gastar o recurso do salário-educação, é um problema de governo. Não é um problema dos prefeitos e muito menos das comunidades que precisam ser atendidas com o transporte escolar. Vamos resolver o problema.

Não podemos aceitar mais trinta dias, dinheiro no caixa. Considero, senhor presidente, que estão abusando da paciência do nosso povo, estão abusando dos prefeitos! Já se passaram praticamente quatro meses e vinte dias! Hoje já é o 19º dia. Cento e quarenta dias, deputado Nelson Garcia, e pedem mais trinta!

Então, o que sentimos é que, usando aquele velho jargão “estão querendo levar na barriga”. Para quê? Para juntar dinheiro? Para ficar bonito um monte de dinheiro enquanto as crianças não têm o transporte escolar?

Quero me somar à luta, ao trabalho dos prefeitos, no sentido de reivindicar e pedir ao governador que dê uma determinação.

Secretário Maurício, secretário Eron, paguem os prefeitos, tem rubrica orçamentária! A arrecadação do Estado é crescente, senhores prefeitos. Se pegarmos a arrecadação deste ano, vamos ver que ela tem um percentual contínuo de crescimento, nos quatro primeiros meses do ano, e a safra agora começou a ser comercializada.

Dinheiro não vai faltar, senhor presidente. Não é o caso de outros Estados que até hoje ainda têm salários de dezembro e 13º atrasados, porque os ex-governadores deixaram em atraso esses salários. Em diversos Estados acontece. Aqui no Paraná não aconteceu isso, estava tudo em dia. Teria mais coisas a falar a respeito dos pagamentos que estão postergando, mas estou deixando para uma próxima data.

O recurso existe, está no caixa do Tesouro. Paguem os prefeitos! Chega de prefeito andar com pires na mão. Chega de pires na mão, pedindo pelo povo.

Senhor presidente, esta Casa tem que se somar, e tenho certeza que já se somou ao trabalho e à luta dos senhores prefeitos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Horário destinado ao PMDB; PSDB; PTB.

(Declinam)

PSB. Usará da palavra o deputado Ratinho Júnior.

O SR. RATINHO JÚNIOR

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Na verdade, venho aqui para falar sobre a conversa com o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, onde estivemos na quinta-feira em um almoço, sobre a questão das universidades estaduais e federais. O Paraná sofre muito nessa questão de universidades federais porque temos apenas uma, enquanto o nosso vizinho Estado, o Rio Grande do Sul, tem seis universidades federais.

Então, é algo que nos indigna pela falta de crédito que tivemos no governo passado, deputado Anibelli. Isso nos deixa indignados! Por que Minas Gerais tem doze universidades federais? Por que o Rio Grande do Sul tem seis universidades federais? E por que o Paraná, um Estado pujante, um Estado que sempre teve know-how na sua agricultura, hoje tem o segundo maior pólo automobilístico, que é na cidade de São José dos Pinhais com duas montadoras, duas multinacionais, porque esse descrédito com o governo do Estado do Paraná, com o povo do Paraná?

E nós levantamos uma questão que sabemos que é muito polêmica: federalizar uma das universidades. Fiquei muito chateado em saber que algumas pessoas entenderam de modo errado o que falamos aqui. Nós demos uma idéia de federalizar uma das universidades do Estado, porque com esse dinheiro, deputado Anibelli, poderíamos fazer com que a verba da União assumisse esse gasto que temos e com esse dinheiro que vamos deixar de gastar nessa universidade, poderíamos investir nas outras, inclusive reabrindo a de Ponta Grossa e melhorando as outras que nós temos. Então, foi essa a nossa idéia; alguns entenderam de maneira errada, o que nos deixou muito triste.

Então, eu gostaria de convidar os deputados que tivessem a intenção de melhorar o ensino público superior, que nesta semana o ministro José Dirceu vai nos passar o dia da audiência com o ministro Cristóvão Buarque, da Educação, em uma comitiva a Brasília para que possamos falar e dar mais idéias. Não apenas a idéia da federalização, mas então vamos trazer mais uma universidade! Que o governo federal coloque dinheiro para que possamos abrir mais uma! O que não dá mais, é ver universidades fechando! Isso nós não gostamos!

Concedo um aparte ao deputado Jocelito.

O Sr. Jocelito Canto

Queria cumprimentar V. Exa. por primeiro se reunir com o ministro José Dirceu. Essa é uma atitude louvável, brilhante, e V. Exa., com essa atitude, está brigando também pela universidade de Ponta Grossa, porque no momento em que o governo federal assumir uma universidade do Paraná, sobrarão mais recursos para as nossas universidades, e com isso, quem sabe, possa voltar o nosso curso de Medicina em Ponta Grossa.

Por isso, cumprimento V. Exa. por essa idéia, e estaremos juntos, todos nós, no dia em que marcar essa audiência com o ministro Cristóvão Buarque, em Brasília, para que possamos dar ao Paraná o direito que tem. Afinal, o Paraná não tem nem ministro, não é? É o único Estado da Federação que não tem um ministro! Não sei o que acontece conosco aqui!

Contentamo-nos com Itaipu, ficamos loucos de alegres, e enquanto isso, não temos nenhum ministro! Vamos torcer para que o senhor presidente Lula dê um ministro ao Paraná e um pouquinho de condições, principalmente no ensino. Parabéns pela sua audiência com o ministro, e vamos torcer que se consiga federalizar pelo menos uma das universidades.

O SR. RATINHO JÚNIOR

Obrigado, deputado Jocelito!

Concedo um aparte ao deputado Artagão.

O Sr. Artagão Júnior

Aproveitando a oportunidade e parabenizando V. Exa. de contatar o ministro José Dirceu.

A Universidade do Centro Oeste -Unicentro, tem um orçamento para este ano de dezessete milhões. A Universidade de Londrina - UEL, em torno de oito vezes mais do que o orçamento da Unicentro. Sem dúvida alguma, não gostaríamos de apontar essa ou aquela universidade a ser federalizada. Eu sei que essa é a sua posição. Mas se tivéssemos a hipótese de federalização, por exemplo, da UEL, teríamos oito universidades do Centro-Oeste sendo repassadas para a responsabilidade do orçamento federal, possibilitando o investimento na melhoria da qualidade do ensino das universidades estadualizadas, das universidades que correm por conta do Estado do Paraná.

Sem dúvida alguma, não desqualificando aquele trabalho que foi feito no passado, mas aperfeiçoando e melhorando aquilo que pretende ser realizado daqui para frente. O ensino é fundamental para que possamos desenvolver ainda mais o Estado do Paraná. Sem dúvida alguma, a possibilidade de recebermos a ajuda do governo federal no montante do orçamento, por exemplo, da Universidade Estadual de Londrina, viabilizaria a melhoria da qualidade do ensino superior das universidades estaduais do Paraná.

Parabéns pela sua iniciativa. Pode contar com o nosso apoio.

O SR. RATINHO JÚNIOR

Obrigado, deputado Artagão. Quando o senhor fala da federalização, o faz com muita propriedade, e é esse o nosso pensamento. Inclusive levantada pelo deputado Barbosa Neto, essa idéia, e avalizada pelo Bloco Independente, e tenho certeza, que por muito mais deputados. A nossa idéia é essa: se o governo federal não vai trazer uma universidade federal para cá, vamos federalizar uma estadual, e com esse recurso vamos abrir mais cinco!

Temos a possibilidade de abrir a Universidade de Ponta Grossa e mais quatro.

Fica aqui a nossa proposta. Para o ex-reitor ou vice-reitor que falou que é contra, ele no mínimo não está pensando nos universitários do Estado, deve estar pensando no seu cargo. Nós, aqui, não estamos pensando em cargo. Estamos pensando nos universitários do Estado do Paraná.

Muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Horário destinado à Liderança de Oposição.

Usará da palavra o deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Venho aqui mostrar a minha indignação e o meu descontentamento em relação às declarações do Exmo.Sr. Governador Roberto Requião na imprensa, no final de semana.

Disse que a proposta que levantamos aqui, não passa de uma brincadeira, e que não seria esse o canal de discussões, para discutirmos a federalização de uma universidade estadual!

Ora, não somos representantes legítimos da população? Qual o âmbito correto para se discutir a federalização de uma universidade estadual? Não importa para efeito legal ou moral que seja em Curitiba, neste Parlamento ou em Brasília. O que importa é que estamos discutindo um tema seriíssimo e que afeta a todos nós. Estou falando como ex-aluno da Universidade Estadual de Londrina, com láurea acadêmica, e enquanto deputado estadual, legítimo representante, repito, do povo do Norte do Paraná.

Esta é uma Casa de Leis. Este é um Parlamento. É aqui, sim senhor que temos que discutir propostas interessantes a toda a nossa comunidade - essenciais, eu diria até. Lancei essa idéia, como sugestão, atendendo aos apelos de uma comunidade de Ponta Grossa, que perdeu um curso importante de medicina na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Sinto-me na obrigação de trazer aqui esse meu desabafo, porque é uma declaração no mínimo infeliz, mas que desrespeita se não esta Casa, pelo menos este deputado.

Eu gostaria de dizer que acredito na independência dos Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Fazíamos essa proposta como sugestão ao Governo do Estado, para evitar o fechamento de um curso importante como o de medicina, nos Campos Gerais. Essa proposta deveria ser discutida. O governador deveria nos agradecer, porque abrimos um debate para solucionar o problema. Essa não é uma panacéia. Ninguém aqui tem o dom de tirar coelhos de cartolas, mas temos a obrigação, enquanto representantes do povo, de trazer a esta Casa as discussões que estão em voga no nosso Estado, mesmo porque não é com estrionismo que vamos resolver o problema do Estado do Paraná!

Por isso, governador, eu lhe peço, não faça galhofa, perca o amigo mas perca a oportunidade também de fazer piadas com problemas tão sérios como estes que enfrentamos! E eu digo isso aqui porque sei das dificuldades da Universidade Estadual de Londrina. Mesmo aqueles que vêm a UEL como referência de ensino superior, neste País, não sabem dos salários baixíssimos que recebem os funcionários, não sabem que tivemos a maior greve em universidade neste País na UEL, que durou seis meses, e nós patrocinamos inclusive a distribuição de cestas básicas para funcionários que não tinham sequer o que comer! Por isso, eu gostaria de dizer e até sugerir, porque na minha opinião o modelo de ensino superior no nosso Estado é errado. Ponta Grossa quer uma universidade de Medicina, Maringá quer Veterinária, Cascavel quer o curso de História....

Estou apenas dando exemplos, mas deveríamos fazer como faz o Estado de São Paulo. Já que nós temos que sugerir e não digo que a federalização seja uma solução para todos os problemas, mas, por exemplo, poderíamos centralizar a administração de todas as nossas universidades estaduais. Isso evitaria gastos desnecessários.

Poderíamos, ao invés de termos cursos espalhados pelo nosso Estado, centralizar o vestibular e transformar essas universidades, após um estudo profundo, respeitando a vocação regional, em centros de excelência de formação de jovens e de futuros profissionais, como faz a própria USP, em São Paulo. Maringá, se for o caso, seria referência na área de Biomédicas, Londrina na área de Humanas, Ponta Grossa, Ciências Agrárias e aí vai.

Esta é apenas uma sugestão que faço aqui, uma pessoa que tem votado a favor do Governo, que respeita o governador Roberto Requião e gostaria, até por ele ser um homem corajoso, por ser uma pessoa destemida, que ao invés de zombar das propostas que sugerimos nesta Casa de Leis, que fizesse até como fez com a Sanepar, quebrando um contrato que era lesivo aos paranaenses, mas que enfrentasse problemas mais graves como o pedágio, que estamos esperando a solução, pois é um problema seriíssimo.

Ele diz que vai acabar com o pedágio. Isso não significa que nós tendemos para esta posição, mas que ele cancelasse o contrato do Banestado, que foi vendido ao Itaú. Um contrato que tem mais 30 anos, que vamos ter que pagar 45 milhões de reais, por mês! Já pagamos 3 bilhões e 200 milhões e ainda vamos ter que pagar mais 6 bilhões e 800 milhões.

O problema da água que ele disse que vai ser de graça, do leite, não apenas para uma ou outra cidade mas para aquelas pessoas realmente necessitadas, porque a situação é muito mais grave do que ele pode entender e aqui não podemos fazer galhofa, fazer piada, com coisa séria, porque o que nós propusemos aqui não é brincadeira!

Muito obrigado.

O SR. NELSON GARGIA (Pela Ordem)

Senhor presidente, somente para registrar, já falou aqui o prefeito Juarez, falaram do Sâmis, a minha prefeita Cidinha, de Iporã, mas também da vereadora Leninha, vereadora Ana e o vereador Nely, que é presidente da Associação dos Vereadores da nossa região.

Obrigado pela presença de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

No Horário da Liderança do Governo, concedo a palavra ao deputado líder, Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero fazer referência à intervenção feita pelo deputado Ratinho e pelo deputado Homero Barbosa, lá da cidade de Londrina.

Acho que há um caminho para que a gente brigue e brigue pela questão do ensino superior do nosso Estado.

A federalização por si só de uma unidade do ensino superior, talvez se apresente com um pouco de dificuldade, mas a discussão que o colégio de reitores do Brasil inteiro, as universidades públicas do Estado, têm levado ao Ministério da Educação, é que a União perceba que ao longo desses anos, em função de várias dificuldades, as Unidades da Federação foram assumindo responsabilidades no ensino superior público, como é o caso do Paraná, que tem quatro grandes instituições de ensino superior público.

A idéia é a seguinte: faz-se um diagnóstico de quantos alunos nessas universidades existem no Brasil, qual é o custo por aluno. Já se tem levantado que o custo por aluno é perto de 5 mil reais, e o que o governo federal decida, através de uma medida provisória, repassar aos Estados um percentual relativo a esse custo.

Vamos citar um exemplo: se for 15%, que o governo federal repasse às universidades públicas federais no Brasil inteiro, daria perto de 300 e poucos milhões de reais, acrescido para o ano inteiro, para as universidades públicas de todo o Brasil, porque o governo federal não vai poder legislar com uma medida provisória ou com um projeto de lei em relação ao Estado do Paraná, apenas, mas ele terá que enfrentar essa situação em relação à Federação como um todo.

Então, o mecanismo que está sendo pensado é de que o governo federal repasse uma verba relativa ao custo do aluno em todo o Brasil. No Paraná teríamos, se fosse esse o cálculo, perto de 30, 40 milhões de reais repassados, para ser aplicado nas instituições de ensino superior. Se o Paraná tiver 40 milhões anuais de repasse do governo federal, acho que criamos os caminhos para superar os problemas do aperfeiçoamento do ensino superior do nosso Estado.

Aí, a Universidade de Ponta Grossa poderá construir o seu hospital, com toda garantia de que teremos na região dos Campos Gerais uma universidade com curso dessa qualidade, e não somente iria melhorar a região de

Ponta Grossa, mas iria melhorar o sistema público de ensino superior do Estado do Paraná.

Então, o deputado Ratinho, quando fez a audiência ao ministro da Casa Civil, José Dirceu, comentei e disse-lhe, peça para o ministro marcar uma audiência com o ministro da Educação, porque nós juntos com o colégio de reitores do Estado do Paraná, vamos ao ministro da Educação discutir exatamente essa proposta, que é uma proposta que interessa a todo o Brasil. E aí, o Paraná poderá criar uma solução para esse problema do ensino superior do nosso Estado. Sem essa solução, acho que fica difícil o Estado do Paraná, diante das dificuldades financeiras que temos e vamos nos sobrecarregar cada vez mais em relação ao ensino superior.

Sabemos que isso é uma bola de neve, e queremos uma qualidade cada vez melhor para o nosso ensino, aqui no Paraná. Que a União se responsabilize por aquilo que lhe é devido. O ensino superior não é uma obrigação do Estado do Paraná, mas sim, da União. Só temos uma universidade federal no Estado do Paraná com sede em Curitiba e temos o Centro Federal de Educação Tecnológica, que é o Cefet.

Então, não querendo me alongar, mas acho que o caminho é esse que o deputado Ratinho colocou e que o deputado Homero Barbosa se referiu na tribuna.

O governador Roberto Requião está sensível a essa discussão e vai apoiar as iniciativas da Assembléia Legislativa para superar esse problema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 028/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, constante do expediente, sugerindo instituir no calendário escolar da rede de ensino fundamental, médio e superior, a Semana Turística Cultural. **À Comissão de Educação, Esportes e Cultura.**

Indicação nº 029/2003, de autoria do deputado André Vargas, constante do expediente, sugerindo a isenção de IPVA e Seguro Obrigatório às viaturas policiais, ambulâncias e veículos de entidades assistenciais de todo o Estado do Paraná. **À Comissão de Segurança.**

Indicação nº 030/2003, de autoria do deputado Reni Pereira, constante do expediente, sugerindo o parcelamento em até 100 (cem) vezes das tarifas de energia elétrica dos municípios do Estado do Paraná. **À Comissão de Finanças.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Projeto de lei de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 050/2003, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que altera o parágrafo único da Lei 13.738, de 24 de julho de 2002.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 050/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o parágrafo único da Lei nº 13.738/2002, que passa a ter a seguinte redação:

“Parágrafo Único - A doação do imóvel a que se refere o *caput* deste artigo, deverá ficar gravada com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo o imóvel ser utilizado para a instalação do Batalhão da Polícia Florestal, para a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Morretes e para instalação do Corpo de Bombeiros, no município de Morretes, não podendo ser dada outra destinação, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.05.2003.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Aprovado.

O SR. NEIVO BERALDIN (Questão de Ordem)

Senhor presidente, ouvi atentamente a luta aqui do deputado Ratinho, do deputado Barbosa e todos os paranaenses acham que somam nesta idéia de federalizar uma universidade, e me parece que o reitor da UEL manifestou-se contrariamente.

Gostaria de indagar à Mesa se isso pode ser verdade.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

A Mesa não tem condição, neste momento, de responder à questão de ordem.

O SR. NEIVO BERALDIN

O deputado Ratinho expôs que foram a reitoria e o vice-reitor.

Como deputado estadual e como paranaense, vou encaminhar à Mesa um requerimento pedindo um voto de repúdio a eles, para que V. Exa. coloque em votação nesta Sessão, porque nós paranaenses temos que defender a nossa educação e evidentemente que se federalizada uma universidade, vamos desonerar o governo e ele vai poder investir mais no ensino básico e no ensino médio.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

V. Exa. pode fazer por escrito.

A SRA. CIDA BORGHETTI (Pela Ordem)

Gostaria de registrar a presença do deputado federal José Janene, ex-presidente do nosso Partido aqui no Paraná. Obrigada.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Também para registrar a presença dos deputados federais Cezar Silvestri e Irineu Colombo, nossos ex-colegas.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Está registrado.

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 227/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que altera a Lei nº 14.035/2003, que disciplina o funcionamento de clubes, academias, escolas de iniciação desportiva e outros estabelecimentos que ministrem atividades físicas, desportivas, recreativas e de lazer e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. COM EMENDA DA CECE. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 007/2003, de autoria do deputado Reni Pereira, que sugere a estadualização do trecho de 28 quilômetros entre os municípios de Altamira do Paraná e Laranjal, prolongando a rodovia PR-364. PARECER FAVORÁVEL DA COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/2003, de 23/04/2003).**

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
INDICAÇÃO Nº 07/2003

P A R E C E R :

De autoria do deputado Reni Pereira, sugere a estadualização do trecho de 28 quilômetros entre os municí-

pios de Altamira do Paraná e Laranjal, prolongando a rodovia PR-364.

Esta Comissão chamada a opinar, quanto ao mérito da iniciativa, observa, conforme menciona a sua justificativa, que tal proposta constituir-se-á numa integração regional através do prolongamento da rodovia PR-364, promovendo um encurtamento da distância de diversos municípios da região com a Capital do Estado e o Porto de Paranaguá, proporcionando aos mesmos, maiores investimentos e facilidades no escoamento da safra agrícola, e também por se tratar de uma reivindicação de lideranças políticas e comunitárias da região, em face da defasagem econômica da mesma.

Pelo exposto, favorável é o parecer.

Sala das Comissões, em 07.05.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 010/2003, de autoria do deputado Reni Pereira, que sugere ao Poder Executivo a criação da Região Turística “Caminho das Cataratas”. PARECER FAVORÁVEL DA CT. **Aprovado. (Publ. no DA nº 024/2003, de 28/04/2003)**

COMISSÃO DE TURISMO

INDICAÇÃO Nº 10/2003

P A R E C E R :

A presente indicação, de autoria do deputado Reni Pereira, visa sugerir ao Poder Executivo a criação da região turística “Caminho das Cataratas”.

Chamada a opinar, esta Comissão de Turismo entende que a proposta vem favorecer o turismo em toda a região, visto que os municípios relacionados são extremamente propícios ao turismo natural. A proposta, ainda, deverá melhorar a qualidade de vida da população local, que certamente irá receber inúmeros turistas, aumentando a atividade econômica da região, além de proporcionar uma nova forma de lazer.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no artigo 33, parágrafo 13, do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável à Indicação nº 10/2003.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.05.2003.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA - Presidente

WALDIR LEITE - Relator

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Sobre a mesa, Requerimento nº 963, de autoria dos deputados Reni Pereira, José Maria Ferreira e Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 971, de autoria do deputado Rafael Greca, com apoio do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. RAFAEL GRECA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados.

Ocupo a tribuna para encaminhar requerimento de voto de pesar pelo falecimento do escritor e publicitário Jamil Snee.

Na carreira publicitária o Jamil colecionou várias campanhas vitoriosas. Entre elas a campanha “Meu Paraná eu Faço”, de louvor à identidade paranaense, e a recente campanha política que levou à vitória o governador Roberto Requião “Me Chama que Eu Vou”. O escritor Jamil Snee deixa obra admirável de ficção e de poesia, onde se incluem os títulos “Como Eu se Fiz por Si Mesmo”, “Tempo Sujo”, “Mulher Aranha”, “O Verão da Grande Leitoa Branca”, “O Jardim”, “A Tempestade”, “O Livro de Poemas Senhor” e a obra incompleta “Grande Mar Redondo”, onde ele começava a exaltar o grande historiador paranaense iluminista, musicista Antonio Vieira dos Santos, que viveu em Paranaguá tendo vindo do Porto, em Portugal, no começo e na primeira metade do século XIX.

É de Jamil Snee o imortal texto “Flores da Minha Rua”, publicado no livro “Curitiba Capital Ecológica”. Dele, alguns fragmentos: “importante é que você entre na Rua das Flores com o travo inaugural da fruta verde”, sem nenhum preconceito, porque é na Ruas das Flores que o demônio tutelar dos redemoinhos mistura todos os ventos e embarça as linhas da história. Aquiles vende coxinhas, Saladino meias à prestação e Marco Antonio cuida das pizzas. O DNA do negrinho ofice boy, registra o cerco de Nabucodonosor em 586 aC, e o espanhol que estende a massa mil folhas na Confeitaria das Famílias, reparem, tem a mesma fronte pálida de Joana, a Rainha Louca da Espanha. A Rua das Flores, que aparentemente reparte o centro de Curitiba pelo meio, é na realidade uma sutura que junta as duas metades do mundo”.

É também de Jamil Snee a reflexão: “Senhor, para onde vai o canto depois que os lábios se fecham; para onde vai a prece, depois que o coração silencia, e o rosto que amamos, para onde vão, senhor, depois que as nossas pupilas se transformam em duas gotas de lama?”

Ontem vi uma andorinha que devia ter uns 5 milhões de anos. Será que também sobreviverá o que restar de mim?”

Nós nos associamos a quem nos queria bem, lamentando profundamente, Jamil, que tenhas partido tão cedo, que sua palavra inspirada não tenha sido proclamada o suficiente. Pelos olhos de fã, nós contemplamos, poeta bom caráter, entrando na celestial Jerusalém, conduzido por escolhidos anjos, até a lâmpada que arde junto ao Deus Altíssimo. Lá, onde o tempo não existe, lá onde toda a lágrima é enxuta, e lá onde o sofrimento cessa.

Poeta, você foi grande e foi nosso, e por isso, nós o lamentamos.”

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Em votação. Os deputados que aprovam permanecem como estão. **Aprovado.**

Requerimentos nºs 946 e 948, de autoria do deputado Ailton Araújo, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 947, de autoria do deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 954 e 955, de autoria do deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 957, de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 958, de autoria do deputado Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 960, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 964, de autoria do deputado Reni Pereira, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Requerimentos nºs 965 a 967, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 968, de autoria do deputado Doutor Luciano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 969, de autoria do deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 970, de autoria do deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 974, de autoria do deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Agradecemos a presença dos prefeitos no dia de hoje, bem como de toda a imprensa.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, há um requerimento de minha autoria na Mesa.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Deputado Neivo Beraldin, está acabando de chegar; eu estava lendo já o encerramento da Sessão.

Requerimento nº 975, de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando voto de repúdio à reitora e ao vice-reitor da Universidade Estadual de Londrina.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 001/2003.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 171/2003.

Levanta-se a Sessão.

Atas de CPI:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PEDÁGIO

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e três, às 09h00, reuniram-se na sala de reuniões da CPI, desta Casa de Leis, os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio, presidida pelo deputado André Vargas, com as presenças dos senhores deputados: Delegado Bradock (vice-presidente), Plauto Miró Guimarães, Barbosa Neto, Ademar Traiano (relator) e Duílio Genari. O presidente abriu os trabalhos agradecendo a presença de todos, e fez um breve relato sobre a instituição de um plano de trabalho com metodologia cronológica a fim de que a Comissão possa cumprir com seu objetivo, opinando que inicialmente os trabalhos deveriam ter o cunho de instrução documental e coleta de depoimentos pessoais, sendo que numa segunda fase, os membros da CPI procederiam à análise de todas as informações coletadas, dividindo-se em subcomissões, cada uma com uma missão a cumprir, todas elas emitindo pareceres sobre os assuntos investigados, gerando então material para o pronunciamento do relator geral da CPI, deputado Ademar Traiano, que embasado nos pareceres das subcomissões e em suas próprias investigações apresentará uma proposta de conclusão para a CPI. Em sequência o senhor presidente constitui a equipe de assessoramento técnico da CPI indicando um coordenador jurídico administrativo, o doutor Jefferson Abade, e as seguintes secretárias executivas: a servidora Sônia Goreti de Oliveira Carvalho, responsável pelo controle de Atas, elaboração documental e organização taquigráfica, e as servidoras Mirian Percinotto e Ana Beatriz Prado, com a responsabilidade de constituição, organização e manutenção do cadastramento digital e do arquivamento de toda documentação gerada pela CPI, e da servidora Fernanda do Prado, secretária executiva de assessoramento direto ao presidente, todos subordinados diretamente ao Presi-

dente da CPI, além de assessores administrativos indicados pelo relator geral para especificamente ajudá-lo em sua missão de elaborar o relatório e também equipe de apoio administrativo indicada pela Diretoria Legislativa, para atender às necessidades de todas as demais tarefas bem como a necessidade de todos os demais membros da CPI. Em seguida foram colocadas em votação as propostas dos membros da CPI de envio de ofícios, sendo aprovados os seguintes: para o secretário dos Transportes, Waldir Pugliesi, solicitando os relatórios do Departamento de Estradas e Rodagem dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, concernentes à fiscalização, acompanhamento e execução dos termos dos Contratos de Concessão dos Pedágios e os relatórios das Comissões Tripartites, que procederam análises da atuação das concessionárias; - para o senhor Paulinho Dalmaz, ex-diretor do DER, convidando para prestar esclarecimentos nesta CPI a respeito dos Contratos de Concessão de Pedágios; - para o senhor Gustavo Mussnich, diretor-presidente da Concessionária Econorte, ao senhor Maurício Soares Vasconcellos, diretor-presidente da Concessionária Rodonorte, ao senhor Nilton Marchetti, diretor-presidente da Concessionária de Rodovias Integradas do Paraná S/A, ao senhor Augusto F. Bandeira, diretor-presidente da Concessionária Rodovia das Cataratas S/A, ao senhor José Julião Terbal Júnior, diretor-presidente da Concessionária Caminhos do Paraná S/A e ao senhor Marcos Aurélio M. Diogo, diretor-presidente da Concessionária da Ecovia-Caminho do Mar S/A, solicitando dos representantes dessas Concessionárias relatórios enviados ao DER, balanços auditados, cópia autenticada dos resultados de pesquisas de opinião, relatórios dos Impostos Municipais Sobre Serviço - ISS gerados, disciplinando a distribuição por Prefeitura ao longo dos percursos pedagiados. Foi aprovado, também, envio de ofício ao senhor Júlio Maito Filho, presidente da Junta Comercial do Paraná, solicitando o envio urgente de cópias dos contratos sociais e suas alterações de todas as concessionárias que prestam serviços nas rodovias paranaenses; ao senhor João Paulo Koslovski, presidente da Ocepar, solicitando informações sobre a detecção dos impactos financeiros ocorrido em toda a economia paranaense, pós-implantação do sistema de pedágios nas rodovias estaduais; ao senhor Clésio Andrade, presidente da Confederação Nacional dos Transportes, solicitando o envio urgente dos resultados das pesquisas de opinião realizadas junto aos usuários do sistema de pedágio das rodovias do Estado do Paraná, tudo conforme notas taquigráficas, parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, marcando outra reunião para a próxima quarta-feira, às 09h00, na sala de reuniões da CPI, com a seguinte pauta: Recebimento de documentos, divisão das tarefas constituindo subcomissões disciplinando missões a cumprir. Sendo que para constar e produzir os efeitos legais, lavramos a presente Ata que após lida e aprovada

será assinada pelo senhor presidente da CPI e pela secretária da comissão, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente da CPI
Sônia G. O. Carvalho - Secretária Executiva

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
PEDÁGIO
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e três, às 09h00, reuniram-se na sala de reuniões da CPI, desta Casa de Leis, os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio, presidida pelo deputado André Vargas, com as presenças dos senhores deputados: Delegado Bradock (vice-presidente), Plauto Miró Guimarães, Barbosa Neto, Ademar Traiano (relator), Duílio Genari e Valdir Rossoni. O presidente abriu os trabalhos agradecendo a presença de todos. Na sequência fez a leitura da Ata, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida fez um breve relato sobre o andamento dos trabalhos e os rumos a seguir, inclusive deixando em aberto para que os senhores deputados escolhessem lotes de documentação, já recebidos pela CPI, para analisarem. O presidente, deputado André Vargas solicitou aprovação de todos os membros para que o lote 05, documentos referentes à concessionária Rodonorte fossem destinados para a sua pré-análise. O deputado Delegado Bradock solicitou o Lote 04, da concessionária Caminhos do Paraná, solicitação aprovada pela CPI. O deputado Valdir Rossoni, informou da necessidade de avaliarmos as rodovias pedagiadas de outros Estados, para fazermos uma comparação, *in loco*, com as rodovias do nosso Estado, sugestão acatada pelos deputados presentes. O senhor presidente, na sequência, sugeriu uma metodologia nos questionamentos a serem seguidos pelas investigações jurídicas da CPI, sendo respondidos os seguintes quesitos: se os editais seguiram todas as determinações normativas exigidas; se os contratos seguiram todos os preceitos legais; na possibilidade de quebra de contrato, quais as consequências econômico-financeiras do Estado e se existem alternativas para solução dos impasses existentes; procedimento de estudos através de planilhas, analisando o preço inicial, seus reajustes, a legalidade desses reajustes e se as tarifas são justas. O deputado Plauto Miró Guimarães sugeriu que se faça uma análise jurídica e técnica pela consultoria jurídica do relator, de toda a documentação, para resposta das dúvidas que irão surgindo no decorrer dos trabalhos da CPI. O senhor presidente informou aos deputados presentes sobre a confecção de um Regimento Interno indicando a metodologia de trabalho da CPI. Também informou a respeito de um seminário que será realizado em São Paulo - O Futuro do Modelo de Concessões de Rodovias, tudo conforme notas taquigráficas, parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, marcando outra reunião para a próxima quarta-feira, 09 (nove) de abril às 09h00, na sala de reu-

niões da CPI, com a seguinte pauta: Recebimento de documentos, com a presença do Sr. Paulinho Dalmaz, que foi convidado anteriormente para prestar informações a esta CPI sobre as concessionárias do nosso Estado, sendo que para constar e produzir os efeitos legais, lavramos a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente da CPI e pela secretária da comissão, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
Sônia G. O. Carvalho - Secretária Executiva

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
PEDÁGIO
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de abril, do ano de dois mil e três, às 09:00 horas, reuniram-se na sala de reuniões da CPI, desta Casa de Leis, os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Presidida pelo senhor deputado André Vargas, com as presenças dos senhores deputados: Delegado Bradock (vice-presidente), Plauto Miró Guimarães, Barbosa Neto, Ademar Traiano (relator), e Duílio Genari. O senhor presidente abriu os trabalhos agradecendo a presença de todos. Na sequência fez a leitura da Ata, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida faz um breve relato sobre o andamento dos trabalhos e passou a palavra ao engenheiro Dr. Paulinho Dalmaz, ex-diretor geral do DER, que leu o termo de compromisso e iniciou suas considerações a respeito da concessão de rodovias pedagiadas no Estado do Paraná, inclusive se baseando em documentos trazidos. Foi inquirido pelo senhor presidente e pelos senhores deputados Ademar Traiano, Plauto Miró Guimarães, Delegado Bradock e Duílio Genari sobre o programa de concessão em nosso Estado. O Sr. Paulinho Dalmaz respondeu a todos dentro do seu conhecimento. Também informou que houve estudo em 1995 pela Empresa Engefocus para a composição do pedágio, e que esta documentação consta na Secretaria dos Transportes, tais como: classificação de veículos, tarifas, parâmetro de desgaste da pavimentação por tipo de veículos, valores de investimentos, entre outros. Relata que no final do ano é feita uma análise nas empresas para verificar se cumpriram o estabelecido, caso sejam constatadas irregularidades, a empresa será penalizada, e que foram feitas todas as audiências públicas necessárias para a concessão. Entre outras informações o Sr. Paulinho Dalmaz relata que no DER existe uma diretoria de Operações e Pedagiamento e que criou-se uma estrutura de fiscalização e consultorias, e que os membros da Comissão Tripartite são nomeados pelo Governo do Estado, sendo composta pelo poder concedente, concessionárias e entidades. O senhor presidente André Vargas reporta-se à Lei Complementar 76/95 que o governador aprovou sobre concessões, e sobre a Lei Federal 9247/96, que delegou rodovias federais ao Paraná. O senhor Paulino Dalmaz passa às mãos do

senhor presidente a documentação que estava em seu poder: 01) Resumo de Fluxo de Caixa; 02) Programa de Concessões; 03) Relatório Final (estrutura de pedagiamento); 04) Dados Gerais da Concessão; 05) Paraná Pesquisas - Anel de Integração; 06) Estudo de viabilidade. O senhor presidente recebe a documentação e as apresenta aos senhores deputados presentes. Tudo conforme notas taquigráficas, parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, marcando outra reunião para a próxima terça-feira 09 (nove) de abril às 09:00 horas, no Auditório Leovegildo Sales, na Assembléia Legislativa, com a seguinte pauta: ouvida do Sr. Maurício Eduardo Sá De Ferrante, ex-Procurador Geral da Secretaria dos Transportes, informando, também, que será enviado convite para os senhores: Anselmo Trombini, presidente da Federação dos Transportes do Paraná - Fetranspar; Dilmar Cunha Bueno, presidente do Sindicato dos Caminhoneiros do Paraná - Sindiscom; Antônio Celso Ferreira Júnior, ex-presidente da Comissão Tripartite de Fiscalização das Concessões Rodoviárias. Sendo que para constar e produzir os efeitos legais, lavramos a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente da CPI, deputado André Vargas, e por mim, secretária executiva da Comissão, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente da CPI
Sônia G. O. Carvalho - Secretária Executiva

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
PEDÁGIO
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de abril, do ano de dois mil e três, às 09:00 horas, reuniram-se no Auditório Leovegildo Salles, desta Casa de Leis, os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Presidida pelo senhor deputado André Vargas, com as presenças dos senhores deputados: Delegado Bradock (vice-presidente), Plauto Miró Guimarães, Barbosa Neto, Ademar Traiano (relator), e Duílio Genari. O senhor presidente abriu os trabalhos agradecendo a presença de todos. Na sequência fez a leitura da Ata, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida faz um breve relato sobre o andamento dos trabalhos e passou a palavra ao engenheiro Dr. Maurício Sá De Ferrante, ex-procurador geral da Secretaria dos Transportes, que leu o termo de compromisso e iniciou suas considerações a respeito da concessão de rodovias pedagiadas no Estado do Paraná, inclusive baseando-se em documentos que foram entregues e recebidos oficialmente pela CPI. Foi inquirido pelo senhor presidente e pelos senhores deputados Ademar Traiano, Plauto Miró, Delegado Bradock, Duílio Genari, Barbosa Neto e Hermes Fonseca, sobre o programa de concessão em nosso Estado. Enfim, o Dr. Maurício Sá De Ferrante respondeu a todos os questionamentos enriquecendo ainda mais o conhecimento dos membros da CPI do Pedágio com suas informações. O senhor presidente

André Vargas, agradece as considerações do doutor Maurício e solicita seja encaminhado ofício à Secretaria de Estado dos Transportes solicitando estudos a respeito das concessões, feitos anteriormente ao Governo de Jaime Lerner, também coloca em votação o Regimento Interno da CPI do Pedágio, o qual foi aprovado sem restrições, tudo conforme notas taquigráficas parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, marcando outra reunião para a próxima quarta-feira 23 (vinte e três) de abril às 09:00 horas, na sala de reuniões da Assembléia Legislativa, com a seguinte pauta: Ouvida dos Srs. Anselmo Trombini, presidente da Federação dos Transportes do Paraná - Fetranspar; Dilmar Cunha Bueno, presidente do Sindicato dos Caminhoneiros do Paraná - Sindiscom; Antônio Celso Ferreira Júnior, ex-presidente da Comissão Tripartite de Fiscalização das Concessões Rodoviárias. Sendo que para constar e produzir os efeitos legais, lavramos a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente da CPI, deputado André Vargas, e por mim, secretária executiva da Comissão, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente da CPI
Sônia G. O. Carvalho - Secretária Executiva

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PEDÁGIO ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de abril, do ano de dois mil e três, às 09:00 horas, reuniram-se na Sala de Reuniões, desta Casa de Leis, os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Presidida pelo senhor deputado André Vargas, com as presenças dos senhores deputados: Delegado Bradock (vice-presidente), Plauto Miró Guimarães, Barbosa Neto, Ademar Traiano (Relator), Duílio Genari e Valdir Rossoni. O senhor presidente abriu os trabalhos agradecendo a presença de todos. Na sequência fez a leitura da Ata, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida fez um breve relato sobre o andamento dos trabalhos e passou a palavra aos convidados, senhores Antônio Celso Ferreira Júnior, ex-presidente da Comissão Tripartite na Secretaria de Estado dos Transportes; Anselmo Trombini, presidente da Federação dos Transportes - Fetranspar e Dilmar Cunha Bueno, presidente do Sindicato dos Caminhoneiros - Sindiscon. Todos leram o termo de compromisso e iniciaram suas considerações a respeito da concessão de rodovias pedagiadas no Estado do Paraná, inclusive baseando-se em documentos que foram entregues e recebidos oficialmente pela CPI. Foram inquiridos pelo senhor presidente e pelos senhores deputados Ademar Traiano, Plauto Miró Guimarães, Delegado Bradock, Duílio Genari, Barbosa Neto e Hermes Fonseca, sobre o programa de concessões em nosso Estado. Enfim, responderam a todos os questionamentos enriquecendo ainda mais o conhecimento dos membros da CPI dos Pedágios com suas informações. O

senhor presidente André Vargas senhor presidente, agradece as considerações dos senhores convidados e também concede a palavra ao senhor: Nélcio Botelho - presidente da União Brasil Caminhoneiros, que passa às mãos documentos e denúncias dos senhores caminhoneiros, e ao senhor Nelson Canaã, coordenador da União Brasil Caminhoneiros no Paraná, que também se reportou aos problemas encontrados pelos caminhoneiros nas estradas pedagiadas do nosso Estado. Tudo conforme notas taquigráficas, parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, marcando outra reunião para a próxima quarta - feira, dia 30 de abril às 09:00 horas, na sala de reuniões da Assembléia legislativa, com a seguinte pauta: Ouvida dos senhores Djalma Martins Pereira, diretor de Engenharia da Cogito-Engefoto; doutor Belmiro Valverde Carlos Jobim; e senhora Vera Beznos, diretora da Empresa Cyro-Laurenza. Sendo que para constar e produzir os efeitos legais, lavramos a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente da CPI, deputado André vargas, e por mim, secretária executiva da Comissão, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho.

(aa) ANDRÉ VARGAS- Presidente
Sônia G. O. Carvalho- Secretária Executiva

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PEDÁGIO ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de abril, do ano de dois mil e três, às 09:00 horas, reuniram-se no Plenarinho desta Casa de Leis, os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Presidida pelo senhor deputado André Vargas, com as presenças dos senhores deputados: Delegado Bradock (vice-presidente), Plauto Miró Guimarães, Barbosa Neto, Ademar Traiano (Relator) e Duílio Genari. O senhor presidente abriu os trabalhos agradecendo a presença de todos. Na sequência fez a leitura da Ata, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida fez um breve relato sobre o andamento dos trabalhos e solicitou aos convidados, senhor Djalma Martins Pereira, diretor de Engenharia da Engefoto e Sra. Vera Beznos, diretora da Empresa Cyro-Laurenza que tomassem assento à Mesa, os mesmos leram o termo de compromisso e iniciaram suas considerações a respeito da concessão de rodovias pedagiadas no Estado do Paraná, inclusive fazendo exposição com retroprojeto, baseando-se em documentos que posteriormente foram entregues e recebidos oficialmente pela CPI. A seguir os senhores deputados realizaram diversas perguntas sobre o programa de concessões em nosso Estado, que foram prontamente respondidas pelos convidados enriquecendo ainda mais o conhecimento dos membros da CPI dos Pedágios com suas informações. O senhor presidente André Vargas, agradece as considerações da Sra. Vera Beznos e do Sr. Djalma Martins Pereira, informando que os questionamentos levantados neste dia foram de muita relevância para os trabalhos da

CPI, tudo conforme notas taquigráficas, parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, marcando outra reunião para a próxima quarta-feira, dia 07 de maio, às 09:00 horas, na sala de reuniões da CPI, com a seguinte pauta: Ouvida dos senhores João Paulo Koslovski, presidente da Ocepar - Organização das Cooperativas do Paraná e Silvestre de Andrade Puty Filho, presidente da Tectrans-Técnico em Transportes. Sendo que para constar e produzir os efeitos legais, lavramos a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente da CPI, deputado André Vargas, e por mim, secretária executiva da Comissão, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho.

(aa) ANDRÉ VARGAS- Presidente
Sônia G. O. Carvalho- Secretária Executiva

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
PEDÁGIO
ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos sete dias do mês de maio, do ano de dois mil e três, às 09h00, reuniram-se na sala de reuniões desta Casa de Leis, os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. Presidida pelo senhor deputado André Vargas, com as presenças dos senhores deputados: Delegado Bradock (vice-presidente), Plauto Miró Guimarães, Barbosa Neto, Ademar Traiano (relator), Duílio Genari. O senhor presidente abriu os trabalhos agradecendo a presença de todos, Na sequência fez a leitura da Ata, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida fez um breve relato sobre o andamento dos trabalhos e passou a palavra aos convidados, senhor Nelson Costa, superintendente da Ocepar - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, que veio representar o senhor João Paulo Koslovski, presidente da Ocepar, conforme acordo feito entre a presidência da CPI; e ao senhor Silvestre de Andrade Puty Filho, presidente da Tectrans, que leram o termo de compromisso e iniciaram suas considerações a respeito da concessão de rodovias pedagiadas no Estado do Paraná, inclusive apresentando Data-Show e se baseando em documentos que foram entregues e recebidos oficialmente pela CPI. Foram questionados pelo senhor presidente e pelos senhores deputados sobre o programa de concessão em nosso Estado, responderam a todos os questionamentos, enriquecendo em muito o conhecimento dos membros da CPI do Pedágio com suas informações. O senhor presidente André Vargas agradece as considerações dos senhores convidados. Tudo conforme notas taquigráficas, parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, marcando outra reunião para a próxima quarta-feira, dia 14 de maio, às 09h00, na sala de reuniões da Assembléia Legislativa, com a seguinte pauta: oitiva dos senhores Belmiro Valverde Castor Jobim; Reinaldo Ramos, Reis, prefeito de Sertãozinho; José Aparecido Bisca, prefeito de Arapongas; Cláudio Eberhard, prefeito de Santa Terezinha de Itaipu;

Antônio Colaço, prefeito de Irati; Walter Pegorner, prefeito de Apucarana; Helder Teófilo dos Santos, prefeito de Morretes. Sendo que para constar e produzir os efeitos legais, lavramos a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente da CPI, deputado André Vargas, e por mim, secretária executiva da Comissão, Sônia Goreti de Oliveira Carvalho.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente da CPI
Sônia G. O. Carvalho - Secretária Executiva

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
BANESTADO
ATA DA 10ª REUNIÃO**

Aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Guimarães Gabriel Sampaio (Plenário), sob a presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados membros: Elza Correia, Luciana Rafagnin, Pedro Ivo Ilkiv, Ailton Araújo, Francisco Bühner, Nelson Justus, Doutor Luciano, Ademir Bier, Waldir Leite e Miltinho Pupio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos. Após a leitura e aprovação da Ata da reunião anterior o deputado Neivo Beraldin apresentou requerimento para a quebra de sigilo bancário das documentações/operações referentes aos relatórios e pareceres da Auditoria Externa do Banco do Estado do Paraná, do período de 1995 a 2000. APROVADO. A seguir o presidente da Comissão agradeceu a presença dos depoentes, os senhores Alaor Alvim Pereira, Gabriel Nunes Pires Neto, Oswaldo Rodrigues Batata e Sérgio Elói Druszc, ex-diretores do Banco do Estado do Paraná, que responderam às inquirições dos deputados presentes constantes das notas taquigráficas que passam a integrar esta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, demais deputados presentes à reunião e pelo secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERARDIN - Presidente
Alan Marcos Andrade - Secretário

Ata de Comissão Permanente:

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
COMISSÃO DE REDAÇÃO
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e três, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Ademar Traiano. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou os

Projetos de Lei n°s 001/2003 e 018/2003 (anexados) e o deputado Marcos Isfer apresentou redação final ao Projeto de Lei n° 050/2003, que foram aprovadas sem observações. Nada havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão,

lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR LUIZ TRAIANO - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária